

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

2021

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO GERAL	4
ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	5
DIRETORIA DE FOMENTO:	6
DIRETORIA DE SUPORTE À INFRAESTRUTURA E PATRIMÔNIO	6
DIRETORIA DE SUPORTE A NEGÓCIOS.....	7
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO:.....	7
DIRETORIA DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA:	8
GOVERNANÇA CORPORATIVA	11
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	15
ESTRUTURA SOCIETÁRIA	Erro! Indicador não definido.
POLÍTICAS PÚBLICAS	17
INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS:.....	17
CONTRIBUIÇÕES DA ADECE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS:	18
AÇÕES, PROGRAMAS E INICIATIVAS COM PARTICIPAÇÃO DA ADECE E SUAS CONEXÕES COM POLÍTICAS PÚBLICAS	20
PROGRAMA CEARÁ CREDI:	20
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - FDI:.....	23
PROJETOS ESTRATÉGICOS:.....	24
PATROCÍNIOS:.....	25
CÂMARAS SETORIAIS:	26
METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS:	28
RECURSOS PARA CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS:.....	29
IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS:	30
ESTRUTURAS DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS:.....	30
FATORES DE RISCOS	31
DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO.....	35
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	37
POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	38
OUTRAS AÇÕES INSTITUCIONAIS	39
DIGITALIZAÇÃO DOS PROCESSOS	39
CONSOLIDAÇÃO DO POLO DE SAÚDE DO EUSÉBIO.....	39
ADECE É A 1º NO RANKING DE TRANSPARÊNCIA ATIVA	39

ANTI-CORRUPÇÃO	40
CEARÁ VELOZ	40
ANÁLISE DA REALIZAÇÃO DAS METAS DE 2021.....	41
DESAFIOS E VISÃO DE FUTURO.....	46
REGULARIZAÇÃO JUNTO AO BANCO CENTRAL.....	46
AMPLIAR O ESCOPO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS.....	46
PARCERIAS BNB E BNDES.....	47
FUNDOS BNB E AGENTE FNE	47
CEARÁ CREDI.....	47
FEDAF	48
ATUAÇÃO CONJUNTA COM A CEARAPAR.....	48
PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	48
CEARÁ VELOZ	48
REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO	48

IDENTIFICAÇÃO GERAL

A Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. - Adece, doravante denominada simplesmente ADECE, criada pela Lei nº 13.960, de 04 de setembro de 2007, e suas Leis posteriores, é uma sociedade anônima regida pelas disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – das Sociedades por Ações, por Estatuto Social e pela legislação especial que lhe for aplicável, vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho – SEDET.

Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. – ADECE

CNPJ/MF: 09.100.913/0001-54

Sede: Av. Washington Soares, 999 Pavilhão Leste - Portão D - 2º mezanino – Guararapes - Fortaleza, CE - CEP: 60811-341

Tipo de Estatal: Sociedade de Economia Mista

Acionista Controlador: Estado do Ceará

Tipo Societário: Sociedade por ações

Tipo de Capital: Capital Fechado

Abrangência de Atuação: Estado do Ceará

Setores de Atuação: Em todos os setores da economia, com destaque para sua participação nas áreas da indústria, da produção energética de matrizes renováveis, do comércio, de serviços, do turismo, de mineração, de agronegócios, de agricultura familiar e de base tecnológica e inovação no Estado do Ceará.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A estrutura de governança da Adece conta com Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

A Assembleia Geral, órgão soberano da sociedade, tem seus poderes previstos na Lei que rege as sociedades por ações e, de acordo com esta, é convocada, instalada e qualificada.

O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, orientação e consulta, tem por finalidade fixar a política de atuação da Adece. A sua composição conta com 11 (onze) membros eleitos pela Assembleia Geral, que cumprem um prazo de gestão não superior a 02 (dois) anos, sendo permitidas no máximo 03 (três) reconduções consecutivas.

Dentre os Conselheiros eleitos, a Assembleia Geral elege o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho. A eleição dos membros do Conselho de Administração recai sobre pessoas naturais, acionistas, brasileiras, residentes e domiciliadas no País, com notórios conhecimentos e reputação ilibada, que devem atender minimamente os requisitos previstos na Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

O Conselho de Administração se reúne ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, mediante convocação do seu Presidente ou por solicitação da Diretoria Executiva, por meio do seu Diretor-Presidente, deliberando por maioria dos votos, cabendo ao Presidente, além do voto pessoal, o desempate.

As decisões e deliberações do Conselho são tomadas com o comparecimento da maioria dos seus membros que, obrigatoriamente, são lavradas em ata circunstanciada.

Conselho de Administração – em 31/12/2021

Conselho de Administração			
Item	Membros	Mandato	
		Início	Término
1	Francisco de Queiroz Maia Junior - Presidente	25/01/19	29/04/24
2	José Nelson Martins de Souza – Vice-Presidente	25/01/19	29/04/24
3	Arialdo de Melo Pinho	13/08/19	29/04/24
4	Maria Izolda Cela Arruda	25/01/19	31/03/22
5	Denise Sá Vieira Carrá	27/04/19	29/04/24
6	Francisco das Chagas Cipriano Vieira	30/04/19	19/05/22
7	Francisco José Rabelo do Amaral	24/02/21	29/04/24
8	Joaquim Cartaxo Filho	26/04/16	29/04/24
9	Luís Eduardo Fontenelle Barros	13/09/21	29/04/24
10	Luiz Francisco Juaçaba Esteves	24/02/21	29/04/24
11	Renan Saldanha de Paula Lima	13/09/21	29/04/24

A Adece também dispõe de um Comitê de Auditoria, órgão auxiliar do Conselho de Administração, com atribuições, composição, funcionamento, requisitos e disposições previstas em Estatuto Social e legislações vigentes.

A Diretoria Executiva, responsável pela gestão e execução dos seus negócios com funções representativas e executivas é composta por 06 (seis) membros, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 02 (dois) anos, permitido, no máximo 03 (três) reconduções, sendo composta por um Diretor-Presidente, um Diretor de Fomento, um Diretor de Suporte a Negócios, um diretor de Suporte à Infraestrutura, um Diretor de Economia Popular e Solidária e um Diretor de Planejamento e Gestão.

A Diretoria se reúne pelo menos uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que um dos diretores a convocar, sendo suas deliberações tomadas por maioria de votos e lavradas em atas circunstanciadas.

A Diretoria Executiva é investida dos poderes e atribuições que a Lei e o Estatuto da Adece lhe conferem para assegurar o regular e normal funcionamento da Sociedade, cabendo a cada diretoria, o seguinte escopo de atuação¹:

DIRETORIA DE FOMENTO:

- ▶ Coordenar e supervisionar a estratégia e os processos relacionados às ações de fomento financeiro, fiscal, econômico e de mineração da ADECE;
- ▶ Propor e orientar o desenvolvimento de novas ações de fomento;
- ▶ Coordenar e executar as políticas e metas de alocação e repasses de recursos, bem como os planos para sua aplicação;
- ▶ Coordenar demandas e projetos ligados ao fomento e mineração que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Ceará;
- ▶ Articular e coordenar ações ligadas a promoção do capital humano;
- ▶ Coordenar e supervisionar os processos de operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI e demais instrumentos de fomento no escopo da Diretoria;
- ▶ Exercer outras atividades correlatas.

DIRETORIA DE SUPORTE À INFRAESTRUTURA E PATRIMÔNIO

- ▶ Coordenar e supervisionar as ações de suporte de infraestrutura operacional para a ampliação do setor produtivo e implantação de novos empreendimentos no Estado do Ceará;

- ▶ Coordenar e promover a implantação de Infraestrutura básica, bem como gerenciar os Distritos Industriais, com vistas ao desenvolvimento e fomento dos setores produtivos do Estado, junto aos órgãos, nas esferas federal, estadual e municipal, visando à ampliação de empreendimentos, sob a competência desta Agência;
- ▶ Garantir a regularidade do patrimônio imobiliário da ADECE, de acordo com a legislação pertinente;
- ▶ Viabilizar e supervisionar a implantação de empreendimentos no Estado, por meio de articulação junto às entidades competentes para liberação de licenças ambientais;
- ▶ Exercer outras atividades correlatas.

DIRETORIA DE SUPORTE A NEGÓCIOS

- ▶ Coordenar e supervisionar as ações voltadas para o suporte operacional das ações realizadas pela ADECE;
- ▶ Promover o alinhamento das políticas de desenvolvimento econômico da ADECE com as regiões do estado, os municípios e os setores produtivos, através dos seus representantes;
- ▶ Garantir o bom funcionamento, atualização periódica das informações da plataforma Investe Ceará;
- ▶ Acompanhar e garantir o bom funcionamento das Câmaras Setoriais, visando o fortalecimento e melhoria dos setores econômicos do Estado;
- ▶ Garantir a correta operacionalização e controle dos projetos estratégicos executados pela ADECE;
- ▶ Estabelecer as diretrizes e garantir a realização e/ou participação de eventos estratégicos, *road shows*, para o desenvolvimento econômico do estado;
- ▶ Exercer outras atividades correlatas.

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO:

- ▶ Coordenar e supervisionar as atividades ligadas ao planejamento e gestão interna;
- ▶ Encaminhar ao Diretor-Presidente, quando necessário, projetos de reestruturação organizacional, do quadro de cargos e salários, de capacitação modernização e outros projetos específicos de sua área, objetivando a melhoria dos níveis de eficiência e eficácia da Agência;
- ▶ Acompanhar a documentação referente ao arquivamento na Junta Comercial do Estado - JUCEC da parte societária da ADECE;

- ▶ Coordenar e supervisionar os processos de prestação de contas em obediência às exigências legais;
- ▶ Liderar as atividades de gerenciamento de risco, conformidades e controles internos;
- ▶ Controlar as informações acerca do envio de documentos e correspondências oficiais junto a órgãos externos;
- ▶ Autorizar em instituição bancária, juntamente com o Gerente Administrativo-Financeiro, pagamentos, lançamentos e demais transações financeiras;
- ▶ Exercer outras atividades correlatas.

DA DIRETORIA DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA:

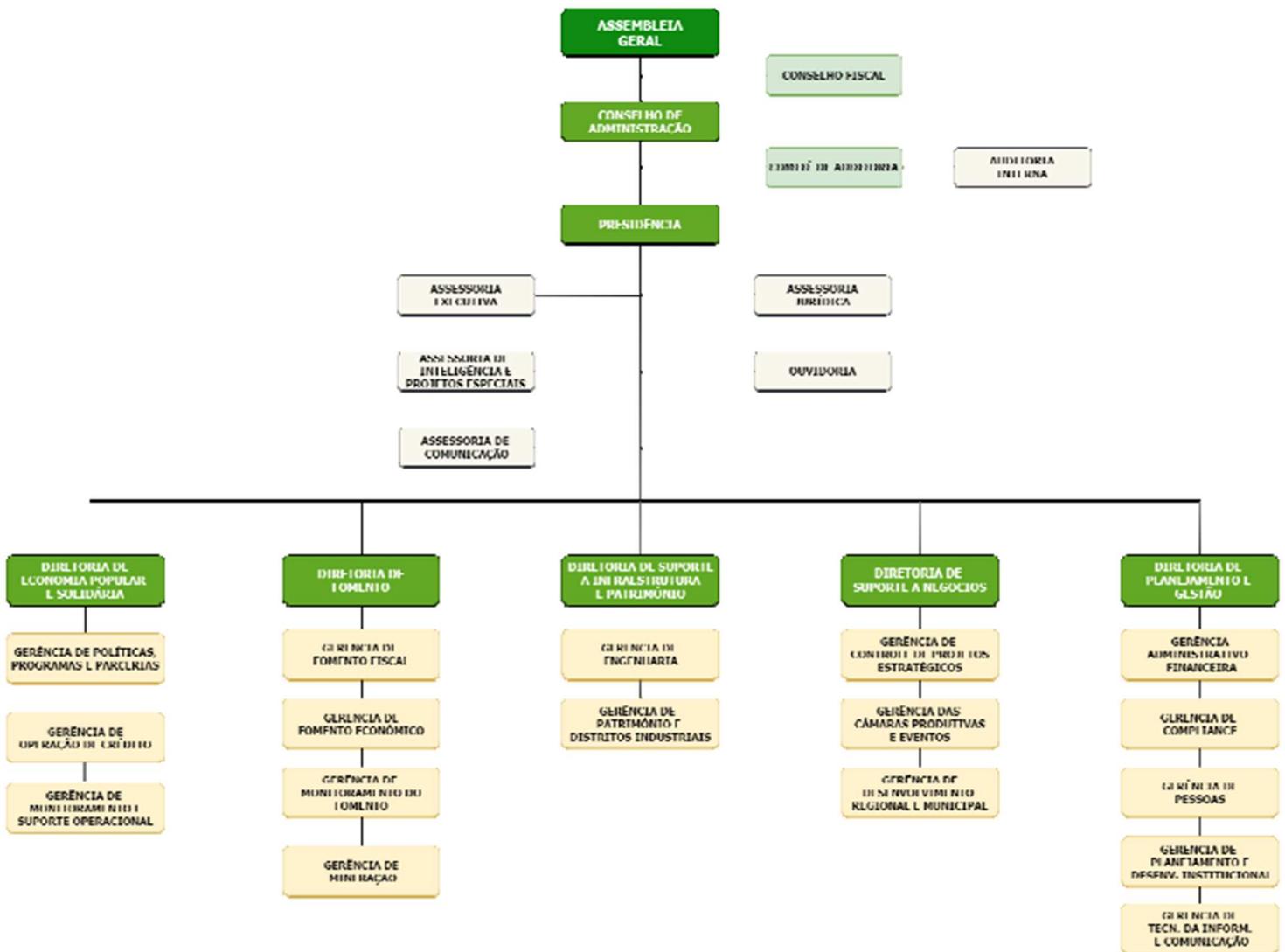
- ▶ Coordenar e supervisionar as ações voltadas à promoção da economia popular e solidária;
- ▶ Coordenar os processos de planejamento de novos programas, operação e monitoramento de políticas de fomento para inclusão produtiva e financeira voltadas para população economicamente vulnerável;
- ▶ Coordenar a implementação do Programa de Microcrédito Produtivo – Ceará Credi, com a aplicação de recursos destinados para esse fim, de acordo com as melhores práticas e a legislação vigente;
- ▶ Promover ações de capacitação empreendedora, educação financeira, apoio à comercialização e estímulo à formalização de empreendimentos da economia popular e solidária;
- ▶ Promover parcerias estratégicas e operacionais para o bom funcionamento dos programas e projetos no escopo da Diretoria;
- ▶ Exercer outras atividades correlatas.

DIRETORIA EXECUTIVA - em 31/12/2021

Diretoria Executiva			
Item	Membros	Mandato	
		Início	Término
1	Francisco José Rabelo do Amaral	24/02/21	11/09/23
2	Luís Eduardo Fontenelle Barros	24/02/21	11/09/23
3	Marco Antônio Barroso Prado	08/07/19	24/01/22
4	Silvana Maria Parente Neiva Santos	24/02/21	11/09/23
5	Maria Inês Cavalcante Studart Menezes	08/07/19	11/09/23
6	Ricardo Pereira Sales	27/03/19	22/08/22

O Conselho Fiscal, com os poderes e atribuições determinadas em Lei, é composto de 05 (cinco) membros efetivos e 05 (cinco) suplentes, eleitos anualmente em Assembleia Geral Ordinária, podendo serem reeleitos. O funcionamento do Conselho Fiscal é permanente e se reúne mensalmente e, extraordinariamente, sempre que o diretor-presidente o convoca. Os conselheiros efetivos elegem o presidente do Conselho, sendo seu substituto nas vagas ou impedimentos, o respectivo suplente. Os membros do Conselho Fiscal ou, ao menos um deles, devem comparecer às reuniões de Assembleia Geral e responder aos pedidos de informações formuladas pelos acionistas. ²

Organograma - em 31/12/2021



Conselho Fiscal - em 31/12/2021

Conselho Fiscal			
Item	Membros	Mandato	
		Início	Término
1	Aloísio Barbosa Carvalho Neto	13/08/19	29/04/23
2	César Augusto Ribeiro	27/03/19	29/04/23
3	Fabiano dos Santos	13/04/21	29/04/23
4	Moema Cirino Soares	24/02/21	29/04/23
5	Paulo Sérgio Rocha	29/05/20	29/04/23
Suplentes			
6	Paulo Roberto Carvalho Nunes	13/08/19	29/04/23
7	Felipe Barros Leal	27/03/19	29/04/23
8	Luisa Cela de Arruda Coelho	13/04/21	29/04/23
9	Aurilene Gomes Ximenes Tavares	24/02/21	29/04/23
10	Talvani Rabelo Aguiar	29/05/20	29/04/23

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Sistema de governança dentre as diversas funções dos componentes da estrutura de governança da Adece, cabe-lhe a gestão dos negócios e representação da Agência perante a sociedade, a definição, o monitoramento e a avaliação do cumprimento dos objetivos de curto, médio e longo prazos definidos e de seu alinhamento com seu objeto social.³

A estrutura de governança promove as ações que viabilizam a solidez, sustentabilidade e perenidade da Agência e de sua atuação como agente de implementação de políticas públicas visando o desenvolvimento do Estado de forma sustentável, a inclusão financeira e a indução à inovação como principais promotores de geração de valor para a sociedade.

Assim, a Adece tem como diretriz uma melhoria contínua do ambiente institucional e de negócios dinâmico, cooperativo e inovador com a institucionalização da cultura de governança compartilhada e de gestão orientada para resultados, com responsabilidade e controle dos gastos públicos do estado. Isto implica na seletividade dos investimentos públicos e no aumento da produtividade do setor público. Para tanto visa a adoção das melhores práticas de gestão corporativa⁴:

- ▶ Corporativa
- ▶ Política de remuneração
- ▶ Estrutura de comitê de auditoria e fiscal
- ▶ Política contra corrupção
- ▶ Sistema de *Compliance*
- ▶ Canal de denúncias
- ▶ Diversidade no Conselho

Imersa em um ambiente de negócios cada vez mais digital para as diversas partes interessadas, a Adece compreende a necessidade do compartilhamento constante de informações valiosas, que deve caminhar em paralelo a proteção dos dados que são trocados, de acordo com a política de governança.

Ao passo que se estabelece regras de segurança das informações e se utiliza de sistemas tecnologicamente adequados, torna-se possível automatizar processos manuais e potencialmente propensos a erros. A utilização desses vem proporcionar maior visibilidade das ações realizadas em tempo real com a promoção de rastreabilidade dos processos.

Nesse contexto, em 2021, a Adece teve como escopo a implantação de um novo sistema que, além da assinatura eletrônica de contratos, viabilizou a digitalização dos processos.

A atualização tecnológica para apoio às atividades de planejamento, organização, direção e controle organizacional é relevante para demonstrar um dos compromissos ESG, sigla derivada do conceito em inglês

3 <https://www.adece.ce.gov.br/institucional/>

4 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, disponível em [https://www.Adece.ce.gov.br/wp-](https://www.Adece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/98/2022/01/Planejamento-Estrategico-2020-2023-23.12.21-REV-2021-A-DIVULGAR.pdf)

[content/uploads/sites/98/2022/01/Planejamento-Estrategico-2020-2023-23.12.21-REV-2021-A-DIVULGAR.pdf](https://www.Adece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/98/2022/01/Planejamento-Estrategico-2020-2023-23.12.21-REV-2021-A-DIVULGAR.pdf)

“*Environmental, Social and Governance*”, que tem como pilar a introdução de indicadores ambientais, sociais e de governança em conformidade com normas, leis, regulamentos, políticas e diretrizes vigentes.

Esta atualização tecnológica também permite a apuração de responsabilidade por não conformidade, bem como, a inserção de termos jurídicos compatíveis com ESG nos instrumentos diversos. Tais movimentos afetam positivamente a identificação e combate à corrupção, com atuação efetiva sobre as iniciativas internas.

Para tanto, a Adece tem como Princípios para Investimento Responsável - PRI⁵:

- ▶ P1: Incorporação dos temas ESG às análises de investimento e à tomada de decisão.
- ▶ P2: Proatividade e incorporação dos temas ESG às políticas e práticas de propriedade de ativos.
- ▶ P3: Estimular que as instituições que recebem investimento da Adece divulguem suas ações relacionadas aos temas ESG.
- ▶ P4: Promoção da aceitação e implementação dos princípios do setor de investimento.
- ▶ P5: Trabalho em conjunto para ampliar a eficácia na implementação dos princípios.
- ▶ P6: Divulgar relatórios sobre atividades e progresso da implementação dos princípios.

Diante da percepção sobre a captação de recurso como uma importante diretriz estratégica da Adece, a Agência busca atrair investidores que, além do retorno do aporte investido, também tenham interesse em saber que seu capital está sendo aportado em seu melhor e mais positivo uso, de acordo com as políticas ESG em vigor.

Dessa forma, além da habilidade de “ler cenários” e mitigar riscos com criação de valor, o qual deve estar apoiado nas boas práticas ESG, as possibilidades de captação de recursos são internacionais, sendo necessária uma gestão da sustentabilidade alinhada com os desafios enfrentados pelos demais cenários mundiais: E (ambiental), S (social), G (governança), C (*compliance*), E (ética), I (integridade).

Diante da necessidade de promover o desenvolvimento sustentável como uma das bases para as políticas públicas adotadas, a Organização das Nações Unidas, juntamente com as nações e os Estados, construiu os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS).

Os ODS consistem em ações no sentido de promover um desenvolvimento econômico sustentável, focado nas pessoas, no planeta, na prosperidade e na paz, por meio da parceria entre as nações e partes interessadas. Construído com base nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, essa agenda busca contemplar novos desafios e metas inacabadas.⁶

De acordo com a declaração dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), elaborada em 2015, as nações devem cumprir os seguintes objetivos até 2030:

5 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, disponível em <https://www.Adece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/98/2022/01/Planejamento-Estrategico-2020-2023-23.12.21-REV-2021-A-DIVULGAR.pdf>
6 Ceará Veloz 3.0, disponível em <https://www.ceara.gov.br/cearaveloz/>



Fonte: Banco Mundial

Objetivo 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;

Objetivo 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;

Objetivo 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;

Objetivo 4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;

Objetivo 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;

Objetivo 6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;

Objetivo 7: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;

Objetivo 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;

Objetivo 9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;

Objetivo 10: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;

Objetivo 11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;

Objetivo 12: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;

Objetivo 13: Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;

Objetivo 14: Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;

Objetivo 15: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;

Objetivo 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;

Objetivo 17: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Para a realização desses 17 objetivos, as metas devem estar atreladas aos eixos do Plano Plurianual – PPA 2020-2023.

A importância dos ODS se dá pelo fortalecimento da cultura da sustentabilidade ambiental e social nos governos e nas empresas e, no universo corporativo, esses objetivos viabilizam que os negócios se tornem mais eficientes, responsáveis, transparentes e mais competitivos.

Nesse contexto, vale evidenciar o Objetivo 16, que visa “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”.

A Adece vem trilhando uma atuação que dialoga com tais objetivos. Entre tais ações, nos últimos anos, a Agência tem articulado estrategicamente a assinatura de protocolos de intenções relativos à utilização de Hidrogênio Verde (H2V), que se alinham ao Objetivo 07 (Energia limpa e acessível), visando a eficiência energética e a diminuição da emissão de poluentes e alternativas de estocagem.

Em relação ao Objetivo 01 (Erradicação da Pobreza), trataremos adiante sobre o Programa Ceará Credi, criado e operacionalizado pela Adece para atender a mulheres vítimas de violência, pessoas com deficiência, egressos do sistema prisional, mulheres chefes de família, jovens e demais empreendedores na concessão de crédito e capacitação, gerando renda, novas perspectivas e oportunidades dentro da economia cearense.

Um outro exemplo de objetivo executado pela Adece é o de número 08 (Promoção de um desenvolvimento econômico sustentável), que está alinhado ao plano de reestruturação do decreto que regulamenta o FDI e que prevê pontos favoráveis às empresas que adotam práticas sustentáveis, além da geração de emprego e renda no Estado.

Em adição, a Adece compõe o Grupo Gestor da certificação Selo Empresa Sustentável (SES), que foi criada por iniciativa do Governo do Estado do Ceará baseada na legislação ambiental vigente e ODS, instituída pela Lei Estadual Nº 17.178 de 15 de janeiro de 2020 que objetiva identificar empresas com boas práticas ambientais, com utilização de metodologia limpa, com reciclagem e impacto social positivo.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

- ▶ ÓRGÃOS COLEGIADOS DE DELIBERAÇÃO SUPERIOR
 - ▶ Assembleia Geral
 - ▶ Conselho de Administração
 - ▶ Diretoria Executiva

- ▶ ÓRGÃO FISCALIZADOR
 - ▶ Conselho Fiscal
 - ▶ Comitê de Auditoria

- ▶ DIREÇÃO SUPERIOR
 - ▶ Presidência

- ▶ ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO
 - ▶ Assessoria Executiva
 - ▶ Assessoria de Inteligência e Projetos Especiais
 - ▶ Assessoria de Comunicação
 - ▶ Auditoria Interna
 - ▶ Assessoria Jurídica
 - ▶ Ouvidoria

- ▶ ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA
 - ▶ Diretoria de Suporte a Negócios
 - ▶ Gerência de Controle de Projetos Estratégicos
 - ▶ Gerência de Câmaras Produtivas e Eventos
 - ▶ Gerência de Desenvolvimento Regional e Municipal
 - ▶ Diretoria de Suporte à Infraestrutura e Patrimônio
 - ▶ Gerência de Engenharia
 - ▶ Gerência de Patrimônio e Distritos Industriais
 - ▶ Diretoria de Fomento
 - ▶ Gerência de Fomento Fiscal

- ▶ Gerência de Fomento Econômico
- ▶ Gerência de Monitoramento do Fomento
- ▶ Gerência de Mineração
- ▶ Diretoria de Economia Popular e Solidária
- ▶ Gerência de Políticas e Programas e Parcerias
- ▶ Gerência de Operações de Crédito
- ▶ Gerência de Monitoramento e Suporte Operacional

- ▶ ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO INSTRUMENTAL
 - ▶ Diretoria de Planejamento e Gestão
 - ▶ Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
 - ▶ Gerência de *Compliance*
 - ▶ Gerência Administrativo-Financeira
 - ▶ Gerência de Pessoas
 - ▶ Gerência de Tecnologia da Informação e Comunicação

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Neste exercício, a Adece passou a ter ações preferenciais e houve um significativo aumento nas ações ordinárias, decorrentes da incorporação da Codece pela Adece, que se deu com a edição da Lei n. 17.361/2020, autorizadora do evento, bem como por meio da 42ª Assembleia Geral Extraordinária da ADECE, ocorrida em 30 de agosto de 2021, com a qual esta última assumiu todos os direitos e obrigações da CODECE (incorporada).

A Adece tem como acionista majoritário o Estado do Ceará, detentor de 122.690.468 ações ordinárias e 282 acionistas minoritários, conforme tabela a seguir:

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total de Ações
Total	122.750.118	286.133	123.036.251
Estado do Ceará	122.690.468	0	122.690.468
Ações	59.650	286.133	345.783

POLÍTICAS PÚBLICAS

A Lei 13.303/16, em seu art. 8º, inciso I, exige explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela sociedade de economia mista por meio da elaboração de carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, em atendimento ao interesse coletivo que justificou a autorização para sua respectiva criação.

A partir do Plano de Governo e tendo como referência outros importantes instrumentos de planejamento, foram definidas as sete grandes linhas de atuação intersetorial do Governo do Ceará, com as principais estratégias e as propostas de resultados estratégicos e seus indicadores, com as respectivas instituições governamentais envolvidas pela implementação dos programas e ações, bem como a proposta dos resultados temáticos.

Neste contexto, o Plano Plurianual – PPA estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas do Governo, declarando as escolhas pactuadas com a sociedade e contribuindo para viabilizar os objetivos propostos na consecução dos resultados almejados.

“Os 7 Cearás” são um conjunto de diretrizes para o Plano de Governo e a principal base utilizada para a elaboração do PPA 2020-2023. São eles: Ceará da Gestão Democrática por Resultados, Ceará Acolhedor, Ceará de Oportunidades, Ceará Sustentável, Ceará do Conhecimento, Ceará Saudável e Ceará Pacífico.

Atualmente, a Adece executa ações contempladas no eixo “Ceará de Oportunidades”, que buscam definir o modelo da base econômica de sustentação do desenvolvimento do Ceará, contribuindo para a superação dos macros desafios existentes.

O eixo possui como resultado estratégico o “Desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e integrado, alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades e as vocações dos territórios cearenses e o protagonismo dos diversos atores”. No que respeita aos setores prioritários para as parcerias estratégicas destacaremos a “Plataforma Ceará 2050” que vislumbra um “Estado justo e sustentável. Forte em conhecimento e oportunidades”.

INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS:

A Adece, Sociedade de Economia Mista sob o controle acionário do Estado do Ceará, criada pela Lei nº 13.960, de 04 de setembro de 2007, tem como desafio tornar o Ceará um estado com desenvolvimento sustentável, proporcionando mais emprego, trabalho, renda e riqueza.

O interesse público coletivo que motiva a execução do objeto social da Adece pode ser visualizado por meio de sua missão de executar a política de desenvolvimento econômico do Ceará propiciando a melhor ambiência de negócios do país, e de sua visão de ser referência nacional como entidade executora da política de desenvolvimento econômico, favorecendo a ambiência de negócios, alicerçado em valores como compromisso com o interesse público, a ética e a transparência, redução das desigualdades regionais, responsabilidade econômica, social e ambiental, integração com parceiros públicos e privados e busca permanente por eficiência e inovação.

A missão e visão se concretizam por meio da execução e operacionalização de programas e políticas estrategicamente concebidos para desenvolvimento de todos os setores da economia, com destaque para fomento da indústria, da produção energética de matrizes renováveis, do comércio, de serviços, do turismo, de mineração, de agronegócios, de agricultura familiar e de base tecnológica e inovação no Estado do Ceará, articulando-se com os setores produtivos, objetivando a melhoria de vida da população cearense.

Desta forma, trabalhando em sintonia com a política estadual de desenvolvimento, uma agência de desenvolvimento e fomento terá a finalidade de fornecer apoio financeiro para iniciativas de modernização e ampliação das atividades de pequenas e médias empresas e micro e pequenos empreendedores, do campo ou da cidade, de forma a estimular a geração de emprego e renda no Ceará, buscando impulsionar o desenvolvimento de negócios em aspectos relacionados à inovação e tecnologia, concedendo crédito a empresas de inovadoras base tecnológica. Seria possível, também, atuar em programas de crédito destinados ao setor público para o desenvolvimento urbano, de serviços básicos e bens públicos necessários à modernização da estrutura dos municípios, com recursos aplicados no financiamento de obras de infraestrutura, como a pavimentação de ruas, e na construção de equipamentos públicos como creches, escolas, quadras esportivas, galpões industriais e mercados públicos.

Assim, a seguir, apresenta-se as medidas adotadas pela Adece, no momento da elaboração deste documento.

CONTRIBUIÇÕES DA ADECE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS:

A Adece é responsável por executar as políticas e diretrizes oriundas da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho - SEDET e sua estrutura organizacional é disposta no Regimento Interno, que tem por objetivo definir a criação das regras de governança da Diretoria Executiva frente aos procedimentos internos das atividades operacionais; definir e disciplinar as atividades de cada área; Orientar os empregados quanto ao desempenho de suas atribuições; proporcionar uma estreita colaboração entre as diversas Unidades Administrativas, estabelecendo os critérios gerais de distribuição de responsabilidade e delegação de autoridade sob a égide do Estatuto Social.

Por meio das diversas atribuições de cada área e suas Unidades Administrativas, as principais atividades desenvolvidas pela Adece em atendimento a políticas públicas, são:⁷

- ▶ Divulgar o potencial socioeconômico do Estado do Ceará e seus produtos característicos;
- ▶ Elaborar e divulgar estudos e oportunidades de investimento para empreendedores interessados em investir no Ceará, bem como oferecer a infraestrutura necessária para implantação ou ampliação das atividades produtivas;
- ▶ Capacitar e promover seus recursos humanos, visando melhorar a competitividade da economia cearense nos mercados nacional e internacional;
- ▶ Estimular o crescimento econômico do Ceará por meio da participação no capital de sociedades de todos os setores da economia, com destaque para fomento industrial, comercial, de serviços, mineração, agronegócio, energias renováveis, turismo, inovação, tecnologia e saúde;

7 Notas Explicativas do balanço, disponível em <https://www.Adece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/98/2022/04/Notas-explicativas.pdf>

- ▶ Estimular e participar de Parcerias Público-Privadas (PPPs);
- ▶ Participar de fundo de capital de risco que invista em empresas de base tecnológica ou em empresas emergentes, que tenham elevada relevância para a economia cearense;
- ▶ Adquirir cotas de fundos mútuos de investimentos em empresas emergentes; instituir câmaras setoriais ou grupos de trabalho compostos por integrantes do Governo do Estado e do setor produtivo.

Como decorrência das suas atribuições a Adece é para o Estado fonte de instrumento de grande relevância para alavancar recursos no mercado financeiro: a Adece que através de parcerias com o sistema de bancos públicos e privados, organismos multilaterais, instituições financeiras internacionais e empresas inovadoras como os bancos digitais, as pequenas companhias financeiras, como as *fintechs*, tem se estruturado para alavancar os recursos necessários para investimentos em modernização da economia do estado, com geração de emprego e renda.

AÇÕES, PROGRAMAS E INICIATIVAS COM PARTICIPAÇÃO DA ADECE E SUAS CONEXÕES COM POLÍTICAS PÚBLICAS



PROGRAMA CEARÁ CREDI:

2021

O Programa do Ceará Credi, criado pela Lei Complementar nº 230 de 07 de janeiro de 2021, alterado pela Lei Complementar nº 239, de 9 de abril de 2021 para conceder crédito e capacitação aos microempreendedores, trabalhadores autônomos, formais e informais, e agricultores familiares, é operacionalizado pela Adece por meio do Termo de Cooperação nº 001/2021, celebrado entre esta agência e a SEDET, em 20 de maio de 2021, com o valor global de R\$ 98.000.000,00 (noventa e oito MM).

O Programa objetiva a disponibilização de alternativas de crédito popular para o fomento e o incremento de microempreendedores cearenses, a geração de novas oportunidades de empregos e a melhoria da renda e, conseqüentemente, da qualidade de vida da população, levando, ainda, em consideração critérios de priorização dos beneficiários como instrumento de política pública, como: mulheres vítimas de violência, pessoas com deficiência, egressos do sistema prisional, mulheres chefes de família, jovens e demais empreendedores.

Desenvolvido pela Adece, contando com a parceria do Instituto E-Dinheiro e o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), o programa tem como objetivo garantir a inclusão produtiva pelo acesso ao crédito e abertura de novos negócios em todo o Estado, oferecendo, também, acompanhamento e orientação para melhor aplicação dos recursos.

A respeito das ações do Programa, a Adece, além de estruturar e estabelecer parcerias, selecionou e capacitou 108 agentes de crédito e 6 supervisores e estruturou 65 pontos de atendimentos. Ainda, desenvolveu a Plataforma Digital de Cadastramento e um Programa de Capacitação Empreendedora e Educação Financeira, ofertada de forma gratuita, em parceria com o Instituto Aliança Empreendedora.

**11.241 clientes
atendidos**

**R\$ 31.846 M
liberado**

**Dos clientes
atendidos:**

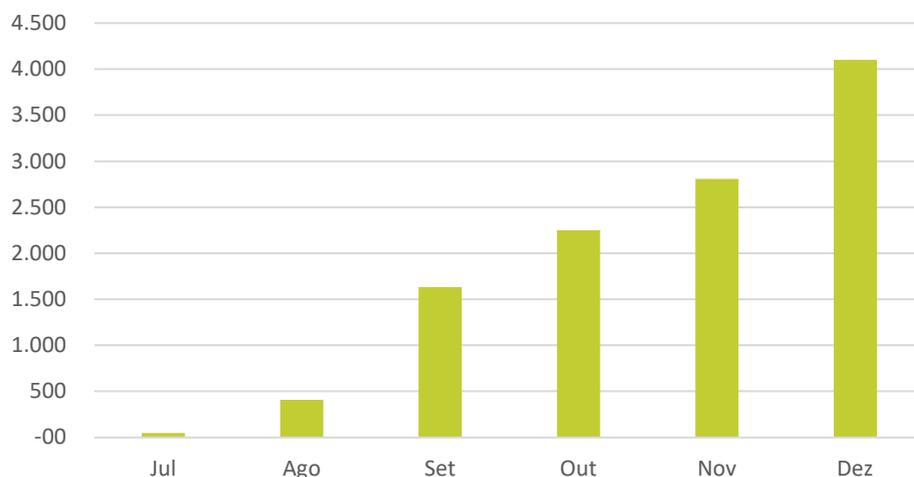
71% mulheres

31% jovens

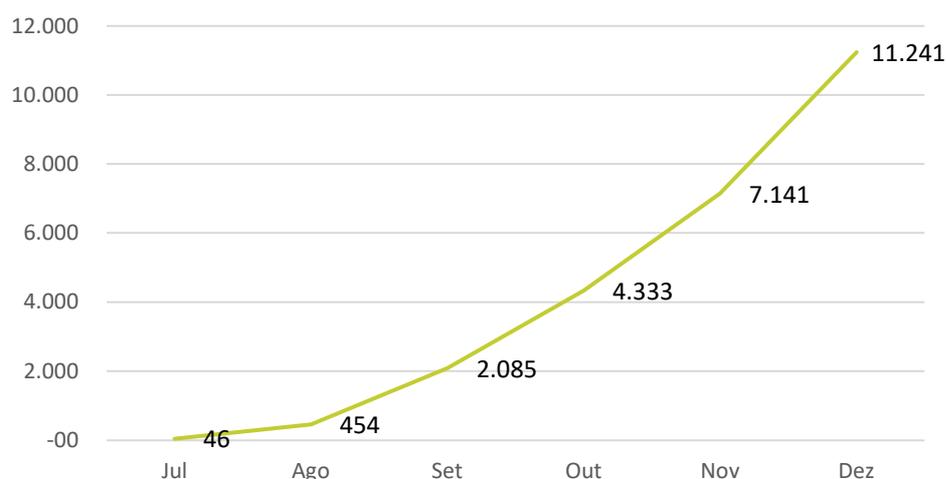
**49% mulheres
chefe de
família**

**3,2% pessoas
com
deficiência**

Ceará Credi - Clientes financiados - Ano 2021



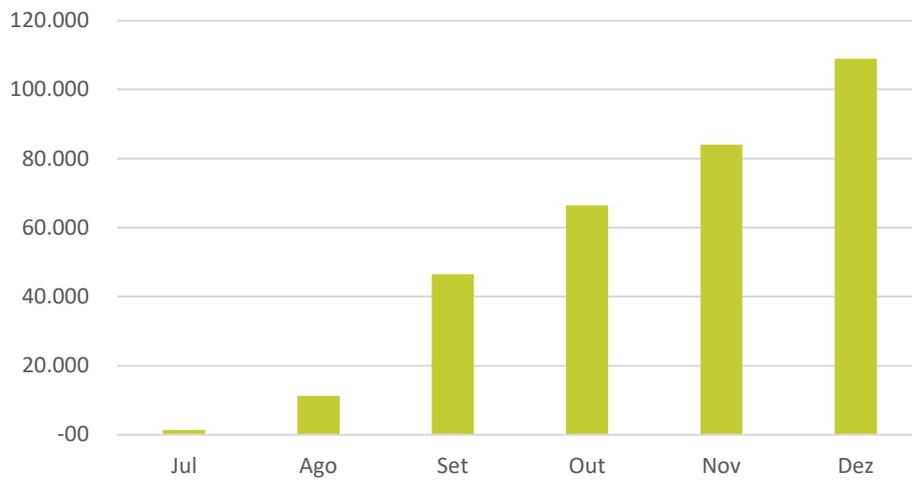
Clientes financiados (Acumulado) - Ano 2021



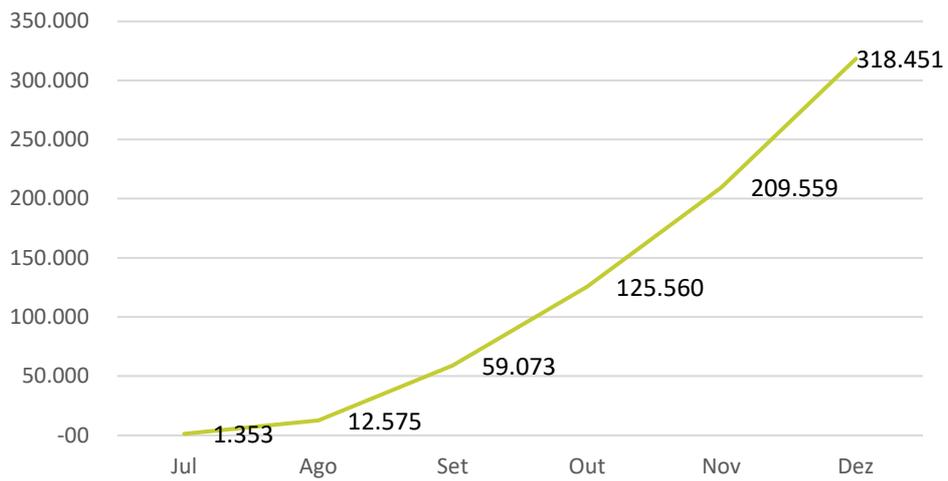
Da aplicação de quase R\$ 32 milhões, 76% foram para fortalecer negócios já existentes e 24% para abertura de novos negócios. Em termos de atendimentos prioritários, 71% dos clientes foram mulheres e 31% jovens, 49% mulheres chefe de família, 3,2% pessoas com deficiência, 0,7% mulheres vítimas de violência e 0,6% egressos do sistema prisional.

Estima-se que para cada novo empreendedor que o programa financia, cerca de 30% desse público são pessoas que estavam desempregadas. Assim, o acesso ao crédito possibilita novas oportunidades além do crescimento dos negócios já estabelecidos gerando assim um ciclo virtuoso.

Ceará Credi - Valor Liberado - Ano 2021 - R\$ M



Valor Liberado Acumulado - Ano 2021 - R\$ M



FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - FDI:

De acordo com o Decreto no. 32.438 de 08/12/2017, 1,5% dos benefícios concedidos pelo FDI são destinados à ADECE, como remuneração pelos serviços, nos termos da Lei Estadual no.13.960 de 04/09/2007. O uso desses recursos tem por objetivo custear a gestão do sistema do FDI, bem como propiciar a infraestrutura complementar destinada a instalação de empreendimentos industriais no Estado do Ceará, promoção de eventos e projetos estratégicos para o desenvolvimento do Estado. Inicialmente voltado para a Indústria, o FDI passou por reformulações incorporando novos conceitos e processos de atuação em 2021, sendo a principal novidade a mudança de uma economia industrial para outra com o olhar voltado a todas as atividades econômicas produtoras de riqueza.

Acompanhando essa mudança, o Conselho que aprova os benefícios fiscais no Estado, Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial – CEDIN, teve sua nomenclatura modificada para Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará - CONDEC.

A iniciativa visa desenvolver a economia cearense incluindo novas vertentes, como tecnologia da informação, infraestrutura logística, segurança hídrica, cadeia da saúde, produção de bens de capital, indústria 4.0, dentre outras.

Assim, o CONDEC é presidido pelo Governador do Estado e composto pelos titulares das Secretarias: Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho - SEDET; Secretaria da Fazenda - SEFAZ; Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG; Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA e Presidente da Agência do Desenvolvimento do Estado do Ceará – Adece.

Os programas do FDI são - PROVIN, PROADE, PCDM, PIER - e suas modalidades são: implantação, ampliação, diversificação, modernização e recuperação de empresas. O prazo de fruição dos benefícios é de até 10 anos, podendo ser prorrogado por igual período, atendidas as condições legais.

Cada programa apresenta suas especificidades, objetivos e público-alvo, conforme breve descrição a seguir:

- ▶ **Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial - PROVIN:**
- ▶ Benefício de até 75% do ICMS devido; retorno de 1% a 25%;
- ▶ Programa de Incentivos à Centrais de Distribuição de Mercadorias do Ceará - PCDM:
- ▶ Redução de até 75% do ICMS gerado nas saídas interestaduais de mercadorias;
- ▶ Programa de Incentivos da Cadeia Produtiva Geradora de Energias Renováveis - PIER:
- ▶ Diferimento equivalente a 75% do ICMS recolhido mensalmente e dentro do prazo legal com retorno de 1%;
- ▶ **Programa de Atração de Empreendimentos Estratégicos - PROADE:**
- ▶ Diferimento de até 99% do ICMS relativo às operações de produção própria da empresa, com retorno de até 1%.

O FDI se consolidou, nos últimos anos, como uma das principais políticas de desenvolvimento econômico do Ceará, principalmente focada na atração de indústrias para o Estado.

PROJETOS ESTRATÉGICOS:

No ano de 2021, estavam em andamento os seguintes projetos estratégicos, em parceria com a SEDET, com foco no agronegócio:⁸

- ▶ "Flores do Sertão", objetivando o desenvolvimento de uma unidade autossustentável assistida e produtiva de cactus e plantas suculentas em Sobral;
- ▶ "Controle Biológico da Unha do Diabo", com o propósito de identificar agente biológico para combate à invasão da *Cryptostegia Madagascariensis* nos carnaubais do Nordeste;
- ▶ "Seleção de Espécies e Definição de Sistema de Produção para Plantio de Espécies Florestais", que objetiva selecionar e definir sistema de produção para espécies florestais para uso em movelaria, serraria e energia no Estado do Ceará;
- ▶ Contrato de Gestão que tem por objeto a execução de ações para estimular a organização e o crescimento sustentável do setor econômico do agronegócio, através da prospecção de novas tecnologias e negócios, do apoio e de informações que embasem ações públicas e privadas, bem como a captação de investimentos para o Ceará;
- ▶ "Projeto Inovação para o Desenvolvimento Econômico" o qual objetiva o desenvolvimento de soluções científicas, tecnológicas e/ou inovadoras para solucionar problemas que afetam a produtividade, a competitividade e a atração de talentos para melhorar a eficiência do uso da água, agregação de valor e o nível tecnológico dos sistemas de produção agropecuária.

Nesse interim, foram concluídos os seguintes projetos:

- ▶ "Programa de Modernização da Cultura do Algodão no Estado do Ceará" com a transferência de tecnologia centrada nas melhores técnicas de produção de algodão;
- ▶ "Estratégias para Racionalização do Uso e Ampliação da Oferta hídrica no Estado do Ceará" que expandiu conhecimentos e identificou tecnologias mais adequadas para racionalização e ampliação da oferta hídrica para cultura irrigada.
- ▶ O Projeto "Desafio *Startup* Ceará" com o objetivo de atender os potenciais empreendedores estudantes do ensino superior do Estado do Ceará por meio de um processo de formação voltado para o empreendedorismo inovador. Trata-se de um projeto que integra o esforço coletivo de parceiros de órgãos públicos municipais e estaduais, instituições privadas, sociedade civil e parceiros dos setores econômicos almejando o fortalecimento do empreendedorismo jovem e a criação de *startups* e projetos de inovação que possam vir a se tornar empresas.
- ▶ O Projeto "Crédito Orientado" objetiva fortalecer os pequenos negócios orientando os empreendedores com necessidade e intenção de acessar crédito, através de uma trilha de atendimento para os empreendedores informais (profissionais autônomos e artesãos) e pequenos negócios (microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte), realizando intervenções antes, durante e depois da concessão do crédito.

8 Relatório de Administração, disponível em <https://www.Adece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/98/2022/04/Relatorio-de-Adm-2021.pdf>

PATROCÍNIOS:

A Adece e sua Política de Patrocínios, objetiva ofertar o apoio financeiro concedido a eventos e subsidiar com informações básicas as decisões de investimento de empreendedores locais, nacionais e de outros países, visando o desenvolvimento do setor produtivo nos quais venha a atuar, observando as diretrizes da Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016, art. 27º, §3º e art. 30, da Lei Estadual nº 16.142 de 06 de dezembro de 2016 e demais legislação pertinente.

Com vistas a contribuir para o desenvolvimento dos setores e atrair novos negócios, a Adece participou, apoiou institucionalmente e/ou patrocinou eventos, destacando-se entre eles:⁹

- ▶ Rodada de Negócios de Moda realizada nos dias 26 e 27 de maio de 2021, com o objetivo de aproximar as empresas do setor produtivo da moda, criar oportunidades e promover negócios. Foram realizadas 78 reuniões de negócios, 5 apresentações de prestadores de serviços e 6 atendimentos individuais;
- ▶ Ceará Global ocorrido nos dias 14 e 15 de outubro de 2021, focado em comércio exterior com participação institucional, sem aporte de recursos, através da Câmara Setorial de Comércio Exterior, que organizou o evento voltado a fortalecer os negócios internacionais, com o tema: *Clusters – As oportunidades para COMEX e Atração de Investimento*.
- ▶ Feira Fama, que aconteceu no período de 27 a 30 de outubro de 2021, com participação institucional, sem aporte de recursos, em formato híbrido, com o objetivo de apoiar os micros e pequenos empreendedores locais e alavancar as vendas de final de ano, contemplando gastronomia, moda, artesanato, entrevistas, atrações culturais, desfiles e programação virtual de rodas de conversa, palestras e oficinas;
- ▶ FENACCE – Feira Nacional de Artesanato e Cultura no Ceará realizada no Centro de Eventos e com estande virtual do sistema SEDET, no período de 03 a 07 de novembro de 2021, com foco no artesanato, apresentações culturais visando fomentar o mercado, a geração de renda e manutenção das tradições locais;
- ▶ EXPORECICLA@hom+ e feira do setor de reciclagem, cujo evento foi virtual, com foco no desenvolvimento humano dentro da sustentabilidade com temas: reciclagem, reutilização de materiais, educação ambiental, economia circular, dentre outros, realizada dia 04 de novembro de 2021;
- ▶ EXPOLOG e Seminário evento híbrido, cujo objetivo foi reunir em um mesmo ambiente os principais atores do setor logístico, comércio exterior, transporte, exportadores e importadores que integram a cadeia produtiva da logística, interessados em mercados globais, realizada nos dias 24 e 25 de novembro de 2021.

9 Relatório de Administração, disponível em <https://www.Adece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/98/2022/04/Relatorio-de-Adm-2021.pdf>

CÂMARAS SETORIAIS:

As Câmaras Setoriais, órgãos colegiados vinculados à Adece, têm por finalidade propor, apoiar e acompanhar projetos e ações, objetivando a melhoria da competitividade e sustentabilidade de segmentos econômicos do Estado do Ceará, bem como integrar instituições públicas e privadas com os diversos elos das cadeias produtivas. Encerraram o ano de 2021 com um total de 33. Das 33 tem-se 21: Câmara Setorial de Água e Desenvolvimento, Agronegócio, Audiovisual, Automotiva, Comércio e Serviços, Construção Civil e Imobiliária, Comércio Exterior & Investimento Estrangeiro, Eletro metalmecânica, Economia Criativa, Economia do Mar e Águas Continentais, Energias Renováveis, Fórum Jovem Empresário, Logística, Meio Ambiente, Mineração, Moda, Química, Saúde, Tecnologia da Informação e Comunicação, Trigo e, Turismo e Eventos. Com relação às Câmaras Temáticas, tem-se 14 e são elas: Caju, Camarão, Carnaúba, Flores, Frutas, Leite, Mel, Ovino caprinocultura, Equinocultura, Gastronomia, Tilápia e Reciclagem. ¹⁰

Com relação às principais contribuições das Câmaras, podemos destacar as seguintes ações:

- ▶ Câmara Temática de Gastronomia: sugestão para lei da Gastronomia nº 17.608 de 06/08/2021;
- ▶ Câmara Setorial do Mel: apoio a criação da lei nº 17.636 de 06/09/2021;
- ▶ Câmara Setorial de Comércio Exterior: Ingresso da Câmara como membro do Fórum das Câmaras Estrangeiras; realização do evento internacional, Ceará Global, no dia 3 de agosto de 2021;
- ▶ Câmara Setorial de Reciclagem: Contribuição para o Diagnóstico sobre a realidade do Mercado de Resíduos Sólidos pela Secretaria do Meio Ambiente - SEMA e Secretaria das Cidades;
- ▶ Câmara Setorial do Audiovisual: contribuição para a criação da Lei nº 17.857;
- ▶ Câmara Setorial da Tecnologia da Informação e Comunicação: apoio ao projeto, Vitrine TIC do Ceará, em parceria com a Iracema Digital;
- ▶ Câmara Temática da Ovino caprinocultura: articulação para melhoramento da qualidade do leite de cabra na região de Jaguaratama;
- ▶ Câmara Setorial do Trigo: Parceria entre entidades membros da CS Trigo com a Escola de Gastronomia para contratação de mão de obra qualificada para o setor de panificação e confeitaria;
- ▶ Câmara Temática do Caju: levantamento das problemáticas do setor e elaboração de demandas às entidades públicas para sanar as dificuldades;
- ▶ Câmara Setorial do Agronegócio: adesão à Campanha de combate a clandestinidade de venda de queijos no Ceará (CT Leite, ADAGRI, SEDET); articulação e discussão de tarifação e outorga aos irrigantes que usarão águas da transposição;
- ▶ Câmara Setorial Moda: contribuição para o Programa 100% Ceará através da união de esforços de várias entidades (FIEC, Sindroupas, Câmara Setorial da Moda e Senai);
- ▶ Câmara Setorial Turismo e Eventos: Intersetorialidade com a Câmara da Economia Criativa; estratégias para a retomada da economia do Turismo Criativo e Turismo Rural; Colaboração e engajamento de um Grupo de Trabalho no projeto “Vai Turismo Rumo ao Futuro”;

10 Relatório de Administração, disponível em <https://www.Adece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/98/2022/04/Relatorio-de-Adm-2021.pdf>

- ▶ Câmara Setorial Mineração: engajamento dos membros para divulgação nas entidades para manutenção do Curso Técnico de Mineração; acompanhamento do andamento do Projeto Itataia e Projeto Grafita de interesse da Câmara;
- ▶ Câmara Setorial das Energias Renováveis: participação ativa nas discussões do “Zoneamento Ecológico da Zona Costeira do Ceará – ZEEC; articulações e ações junto a diversas entidades para o desenvolvimento do hidrogênio verde no Ceará a médio e longo prazos; Demanda da CS Renováveis atendida pelo SENAI, FIEC e parceiros para ampliação da capacitação técnica em serviços de instalação, manutenção e operação para o setor de energias renováveis;
- ▶ Câmara Setorial de Logística: Ações contínuas de identificação de gargalos e promoção de articulações para melhoria da infraestrutura rodoviária, marítima, ferroviária, autoviária e de telecomunicação;
- ▶ Câmara Setorial da Química: Formado Grupo de Trabalho para acompanhamento constante sobre projetos de Hidrogênio Verde no Ceará; Discussões e cases de sucesso sobre o enfrentamento as consequências da pandemia;
- ▶ Câmara Setorial da Água e Desenvolvimento: discussão e articulações sobre a tarifação de outorga junto ao Governo Federal para “águas” referente à transposição do São Francisco para irrigantes.

Ainda em 2021, as Câmaras foram reorganizadas para iniciar em 2022 alinhadas aos programas *Clusters Econômicos*; Ceará 2050 e ao Fortaleza 2040.

METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

Nos termos da Lei 13.303/16, art. 8º, inciso I, esta carta anual tem por objetivo explicitar os compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela Adece em atendimento ao interesse coletivo que justificou a autorização para sua respectiva criação. Assim vimos a relacionar as metas da Adece voltadas ao atendimento de objetivos de políticas públicas citadas no item anterior referente ao período de 2020 a 2023.¹¹

- Promover o desenvolvimento econômico do Estado reduzindo as desigualdades sociais e regionais.

INDICADORES	META
Aplicação de recursos no interior do Estado	R\$ 7,62 milhões
Aumento da participação do número de empregos diretos gerados pela aplicação de recursos no interior do Estado	25%

Números projetados de acordo com a aprovação para obras de unidades industriais nos municípios de Irauçuba, Madalena, Umirim e Crateús

- Expandir o alcance dos fundos FDI e Ceará Credi e fomento ao crescimento econômico do Estado.

INDICADORES CEARÁ CREDI	META
Número de atendimentos	30.000
Número de Empreendedores Capacitados	3.000
Recursos aplicados	R\$ 98,5 milhões

INDICADORES FDI*	META
Número de novas empresas atraídas	14
Investimento	R\$ 77,46 milhões
Número de empregos gerados	1.235

INDICADORES FOMENTO	META
Estruturação da área de captação de recursos	1
Firmar parcerias com organismos multilaterais	2
Parcerias com instituições públicas e privadas de microfinanças	2

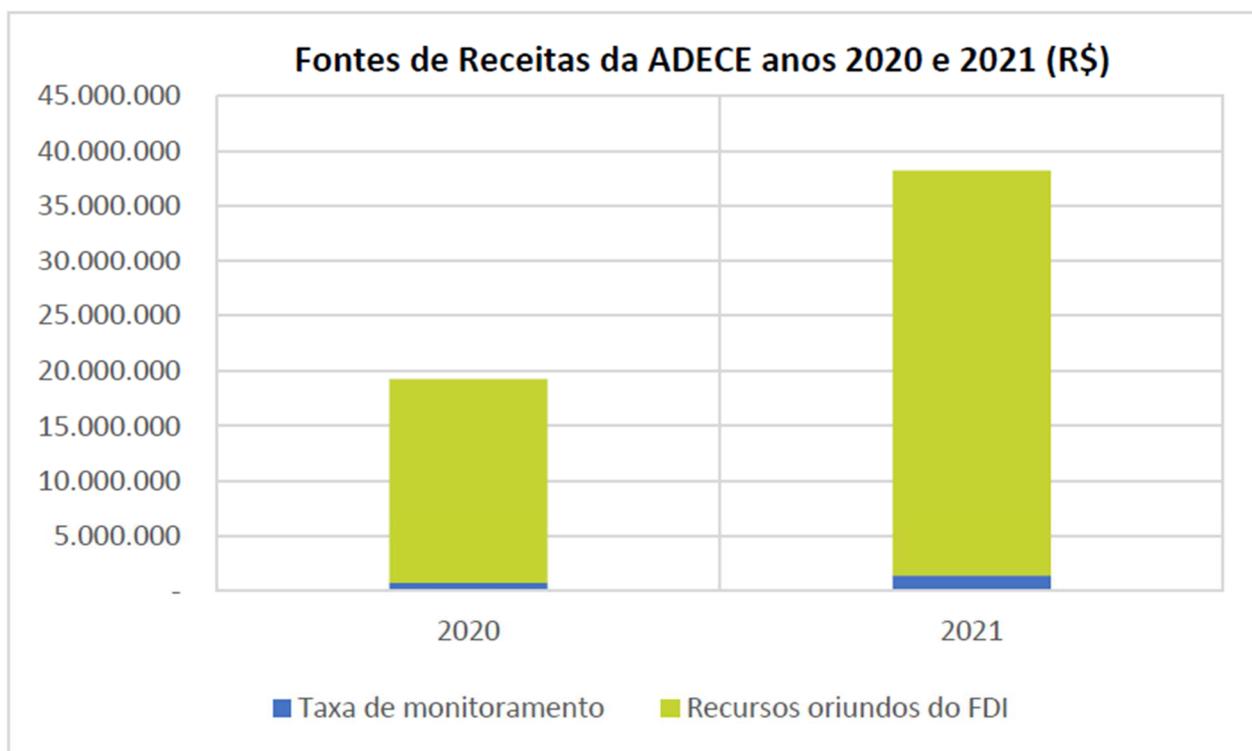
- Aprimorar a política de resultados com mecanismos e instrumentos para uma gestão eficiente e inovadora

INDICADORES	META
Implantação de sistemas informatizados de gestão	2
Adição de módulos de digitalização para Condec	2
Capacitação anual do quadro de colaboradores	0,7

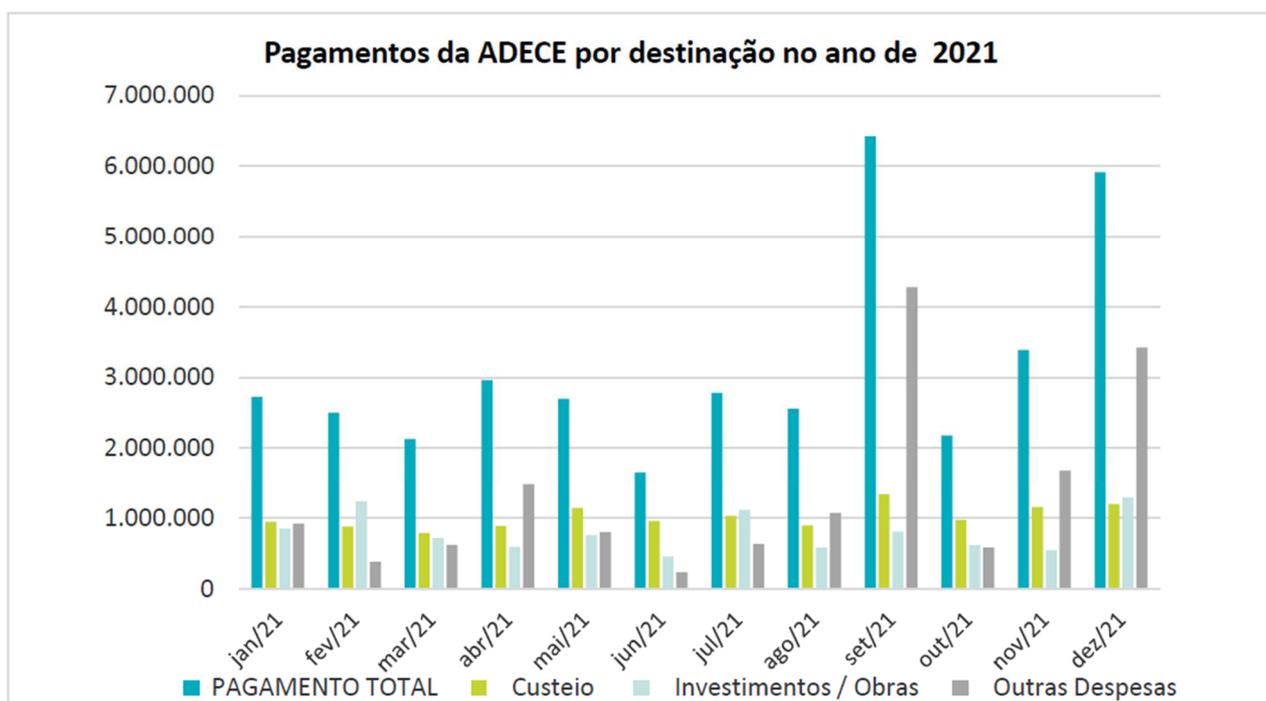
**Projeções com base na média dos números do período de 2015 a 2021, excluindo o impacto do início da operação do CIPP.*

RECURSOS PARA CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS:

Todas as atividades desenvolvidas pela Agência em 2021 foram custeadas integralmente pela geração de caixa operacional da empresa em R\$ Mil (M).



Para o custeio com investimentos, projetos, estudos e participação em eventos, foi gasta a quantia de R\$ 17,5 MM, enquanto que, para o funcionamento da máquina administrativa da Agência, foi desembolsado o montante de R\$ 12,2 MM, a título de despesas gerais, pagamento de pessoal, serviços prestados e o total de R\$ 15,5 MM em encargos, tributos e outras rubricas. Abaixo pode-se verificar os pagamentos por destinação em R\$ M:



IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS:

ESTRUTURAS DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS:

Para exercer as funções de controle, em especial auditar e avaliar o sistema de gestão e promover a *accountability* (prestação de contas e responsabilidade) e a transparência, a estrutura de controles da Adece tem como pilares o “Compromisso com o interesse público, a ética e a transparência”; a “Busca pela redução das desigualdades regionais”; “Responsabilidade econômica, social e ambiental”; “Integração com parceiros públicos e privados”; “Busca permanente por eficiência e inovação”; além das políticas e práticas de gestão de riscos, como *compliance* e segurança da informação.

A governança corporativa se apoia em princípios e mecanismos (regras, processos, ferramentas, estruturas) que têm a finalidade de conduzir o processo de tomada de decisões, com diversas análises de dados. Visa potencializar o desenvolvimento e a disponibilidade de recursos em longo prazo para o financiamento de seu crescimento, promover a segurança com qualidade das informações concedidas e assegurar o cumprimento dos direitos dos acionistas, estabelecendo a observância nas regras quanto à governança corporativa de transparência e de estruturas, práticas de gestão de riscos e de controle interno.

A Adece conta com uma estrutura de controle que estabelece mecanismos internos de governança, com o objetivo de prevenir a ocorrência de ações prejudiciais à agência, observando as normas legais e assegurando que as ações sejam aderentes às diretrizes, normas e procedimentos da companhia.

A Adece possui em sua estrutura de controle as seguintes áreas:

- ▶ Auditoria Interna, ligada diretamente ao Conselho de Administração, sendo uma estrutura mais independente do dia a dia da empresa, capaz de avaliar a efetividade das estruturas, os processos de controle instalados e os atos da gestão;
- ▶ Ouvidoria, unidade responsável pela análise de críticas, denúncias, reclamações sugestões e elogios, bem como promover ações preventivas e corretivas, e, garantir a qualidade dos serviços prestados, onde qualquer interessado pode, de forma anônima, apresentar denúncias sobre desvios, as quais serão objeto de apuração pelo Comitê Setorial de Ética da empresa, nos termos dos seus normativos internos;
- ▶ Gestão de Riscos e Conformidades, através de uma Gerência de *Compliance*, com atribuições suficientes para avaliar o cumprimento da legislação e regulamentação em vigor, das políticas e processos internos;
- ▶ Diretoria de Planejamento e Gestão Interna, unidade de centralização das atividades meio da Agência com finalidade coordenar, organizar e controlar as atividades administrativas, financeiras, contábeis, de planejamento institucional, de tecnologia da informação e de controle processual da Adece.

Em adição, são realizadas auditorias externas mensais por auditores independentes. É importante observar que ainda existem auditorias pelos órgãos de controle externo do Estado, neste caso, pelo Tribunal de Contas e da Controladoria Geral do Estado;

No quesito transparência, a empresa disponibiliza no site institucional o cumprimento à Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação Pública, uma série de informações de interesse dos usuários e da sociedade.

A Adece observará, no mínimo, os requisitos de transparência preceituados pela Lei Nacional 12.527/2011 e Lei Estadual 15.175/2012, com as atualizações posteriores.

FATORES DE RISCOS

A Adece está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas atividades e operações tais como:¹²

Fatores Políticos:

- ▶ Perda de credibilidade por parte de setores políticos em âmbito nacional;
- ▶ Continuidade do conflito na Guerra Fiscal;
- ▶ Fragmentação político-partidária com indução de falhas na Governança;
- ▶ Centralização dos recursos federativos;
- ▶ Desarmonia entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
- ▶ Modelo de algumas Políticas Ambientais;
- ▶ Complexidade do Sistema Tributário.

Fatores Econômicos:

12 PLANO DE NEGÓCIOS E ESTRATÉGICO 2019-2023, disponível em https://www.Adece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/98/2019/03/plano_de_negocios_e_estrategico_Adece-7.pdf

- ▶ Falta de Planejamento de longo prazo;
- ▶ Disponibilidade de recursos financeiros limitados;
- ▶ Baixa formação de Poupança Pública;
- ▶ Redução de valores do repasse do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM);
- ▶ Instabilidade econômica nacional;
- ▶ Retração de investimentos Públicos e privados;
- ▶ Aumento da inflação e da taxa de juros;
- ▶ Rebaixamento de *rating* do Brasil.

Fatores Sociais:

- ▶ Insegurança pública;
- ▶ Despreparo de parte da população devido à baixa qualificação educacional e profissional;
- ▶ Desordenamento da infraestrutura urbana;
- ▶ Descumprimento de Direitos Sociais e Trabalhistas;
- ▶ Exclusão social e má distribuição de renda;
- ▶ Ausência de Cultura para o Desenvolvimento com Sustentabilidade;
- ▶ Cultura do interesse individual sobrepondo-se ao coletivo.

Fatores Tecnológicos:

- ▶ Desarticulação institucional para oferta de soluções integradas em ciência, tecnologia e inovação;
- ▶ Crise energética e hídrica;
- ▶ Carência de mão de obra especializada em tecnologia;
- ▶ Evasão de mão de obra qualificada;
- ▶ Alto custo de renovação dos equipamentos;
- ▶ Instabilidade e insegurança das redes de informação;
- ▶ Baixa conexão entre a área acadêmica e os setores empresariais;
- ▶ Pouca consciência da importância de uma cultura para a ciência, tecnologia e inovação.

Fatores Ecológicos:

- ▶ Desrespeito e degradação das áreas ambientais;
- ▶ Falta de uma política de edificação ambientalmente correta;
- ▶ Não implementação do programa de destinação dos resíduos sólidos;
- ▶ Poluição ambiental (ar, solo e água);
- ▶ Produção de vetores (pragas);
- ▶ Exclusão social (catadores);
- ▶ Sazonalidade climática (seca);
- ▶ Uso inadequado de agroquímicos;
- ▶ Falta educação para o uso da água;
- ▶ Aterros sanitários inadequados;
- ▶ Burocracia em processos ambientais;
- ▶ Deficiência da rede de transmissão de energia elétrica.

Utilizando-se como fonte o Fórum Econômico Mundial¹³ “em um mundo cada vez mais globalizado, conectado e integrado, a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Econômico demanda uma análise de tendências e riscos globais para a elaboração de diretrizes, iniciativas e metas. No caso de um plano estadual, o componente dos riscos precisa ser amplamente monitorado e avaliado, em seus pilares econômicos, ambientais, sociais, geopolíticos e tecnológicos.”

Acrescenta ainda que “as maiores percepções de interconexões de risco podem ser sumarizadas conforme a seguir: eventos climáticos extremos mais falha na mitigação e adaptação às mudanças climáticas; ataques cibernéticos em larga escala mais quebra de infraestrutura e redes de informação críticas; desemprego ou subemprego estrutural elevado mais consequências adversas dos avanços tecnológicos; desemprego ou subemprego estrutural elevado mais instabilidade social profunda; incidente maciço de fraude/roubo de dados mais ataques cibernéticos em larga escala; e Falha de governança regional ou global mais conflito interestadual com consequências regionais”.

Em uma organização, o ato de gerenciar os riscos refere-se a examinar, a delimitar e a compreender os fatores que são capazes de apresentar perigo para os processos de uma empresa. Na Adece, por meio da análise gerencial, podemos identificar algumas fraquezas institucionais (risco interno), tais como:

- ▶ Falta de corpo funcional próprio;
- ▶ Baixa normatização dos processos;
- ▶ Equipamentos e sistemas de informática desatualizados;
- ▶ Falta de monitoramento e avaliação dos resultados internos;
- ▶ Baixa comunicação entre os setores;

¹³ Fonte: Econômico Mundial (WEF) com apoio da Marsh&MacLennan, denominado de Global Risks 2020 in Ceará Veloz 3.0, disponível em <https://www.ceara.gov.br/cearaveloz/>

- ▶ Falta de plano de capacitação anual;
- ▶ Pouca divulgação das ações, resultados e produtos da Adece;
- ▶ Baixa cultura de planejamento estratégico;
- ▶ Ausência de equiparação salarial entre os colaboradores;
- ▶ Plataforma Investe Ceará pouco explorada.

O planejamento estratégico, a avaliação de desempenho e a tomada de decisões estratégica discricionária, que na área pública, cerca-se das determinações da constituição brasileira de 1988 e os seus princípios, são ferramentas apoiam a Adece no acompanhamento de fatores de risco externos, tais como:

- ▶ Guerra fiscal entre os Estados;
- ▶ Insegurança hídrica;
- ▶ Instabilidade econômica e legislativa do país (previdência, reforma tributária, fiscal);
- ▶ Distância dos grandes centros consumidores do país;
- ▶ Ambiência política nacional instável;
- ▶ Infraestrutura rodoviária federal com baixa qualidade;
- ▶ Violência pública;
- ▶ Retração dos investimentos públicos e privados;
- ▶ Alto risco e incertezas no Brasil;
- ▶ Evasão da mão de obra qualificada (fuga de cérebros);
- ▶ Baixa interação entre a academia e o setor produtivo;
- ▶ Baixa cobertura de saneamento básico.

Considerando o risco de “evasão de mão de obra qualificada” e “baixa interação entre academia e o setor produtivo”, a Adece promoveu no exercício de 2021, por meio de convênios e Contratos de Gestão com instituições de pesquisa, como com Instituto Centro de Ensino Tecnológico – CE – CENTEC, pesquisas científicas aplicadas oferta ao ambiente organizacional a circulação de pesquisadores acadêmicos.

Em adição, foi criada a Assessoria de Inteligência e Projetos Especiais que tem como foco assessorar, coletar, sistematizar e analisar dados e informações para a elaboração periódica de informes, relatórios de inteligência e estudos relevantes para o desenvolvimento econômico da Adece, além de propor sistematicamente novos projetos e ações voltadas para o desenvolvimento do Estado do Ceará e que no ano de 2021 foi implementado o modelo de *business intelligence* – BI, visando combinar análise de dados da agência inserida em um contexto econômico que por meio de mineração e visualização de dados e informações tratadas e da criação de novas ferramentas, busca ajudar na tomada de decisões e adaptação às mudanças, em consonância com as necessidades de Governança Corporativa.

Com a finalidade de atenuar outros fatores externos a Adece buscou aproximação com programas estaduais, notadamente o Ceará Veloz 3.0.

Com relação à aplicação da mais representativa fonte de recursos da Adece, foram promovidas para que seja aplicado ainda no ano subsequente - 2022 - alterações no sistema de pontuação para o cálculo de valores maiores ou menores dos incentivos que a empresa será beneficiada e as contrapartidas oferecidas por esta Agência, em termos de melhorias no emprego, capital humano, adoção de práticas sustentáveis no processo produtivo e regras de *compliance* e transparência nos recursos recebidos dos incentivos fiscais, para aprovação no ano subsequente.

As alterações em elaboração dizem respeito aos seguintes tópicos:

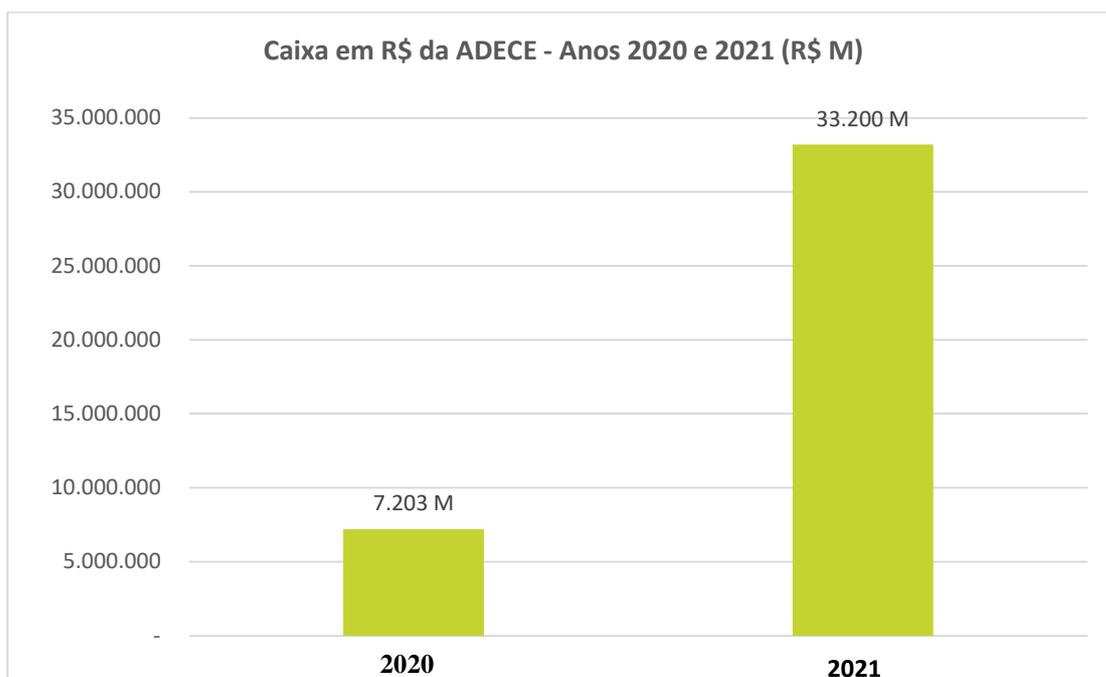
- ▶ Geração de Emprego – quanto maior o número de empregos tem um peso maior na concessão de incentivos;
- ▶ Valores de Investimento correlacionado positivamente com os valores dos incentivos;
- ▶ A localização dos empreendimentos em áreas de baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) e com maior distância da Região Metropolitana de Fortaleza terá uma pontuação maior para concessão de incentivos;
- ▶ Nos tópicos envolvendo responsabilidade social e ambiental foram alteradas para maior pontuação com impactos diretos no percentual de incentivo fiscal, para uma pontuação que leva em conta os seguintes tópicos: Utilização de energia renovável, adoção de programas de reuso de água, programa de capacitação permanente, contratação de jovens incluídos no programa primeiro emprego;
- ▶ Foi incluído um tópico que aborda o alinhamento estratégico da empresa beneficiária com itens como: produtividade, pesquisa e desenvolvimento, enquadramento nos *clusters* prioritário da Sedet, fluxo de comércio externo e enquadramento na “Indústria 4.0”.

DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO

O exercício social da Adece coincide com o ano civil e o Balanço e Demonstrações Financeiras obedecem às prescrições legais, sendo levantados no último dia de cada ano. O Balanço Anual é acompanhado de relatórios, acerca da documentação contábil e de desempenho administrativo, e do Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE nos anos de 2020 e 2021, destaca-se as informações, em R\$ M (mil):

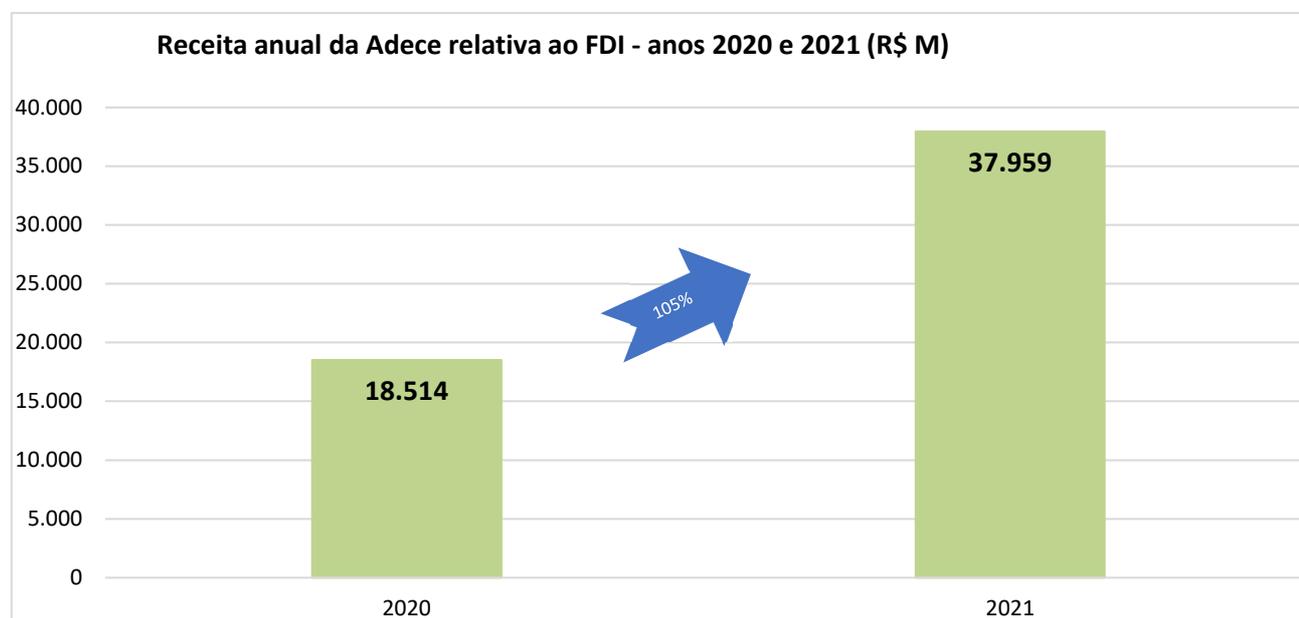
DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA	VR (R\$ M) 2021	VR (R\$ M) 2020	Δ Absoluta	Δ Relativa
Lucro Líquido	a	14.358	3.559	10.800	303,5%
Constituição de reserva legal	b	718	178	540	303,5%
Destinação de reserva subvenção para investimento	c	3.415	130	3.285	2524,3%
Sub-total - base dividendos	d = a - b - c	10.225	3.251	6.975	214,6%
% Dividendo mínimo obrigatório	e	25%	25%	-	-
Dividendos obrigatórios	f = d * e	2.556	813	1.744	214,6%
Destinação de lucros retidos	g = d - f	7.669	2.438	5.231	214,6%

A Adece apresentou resultado da variação contábil da conta Caixa e Equivalentes de caixa, de R\$ 7.202 M em 2020 para R\$33.200 M no ano de 2021, resultando em uma variação positiva de R\$25.997 M, tal qual pode-se ver:

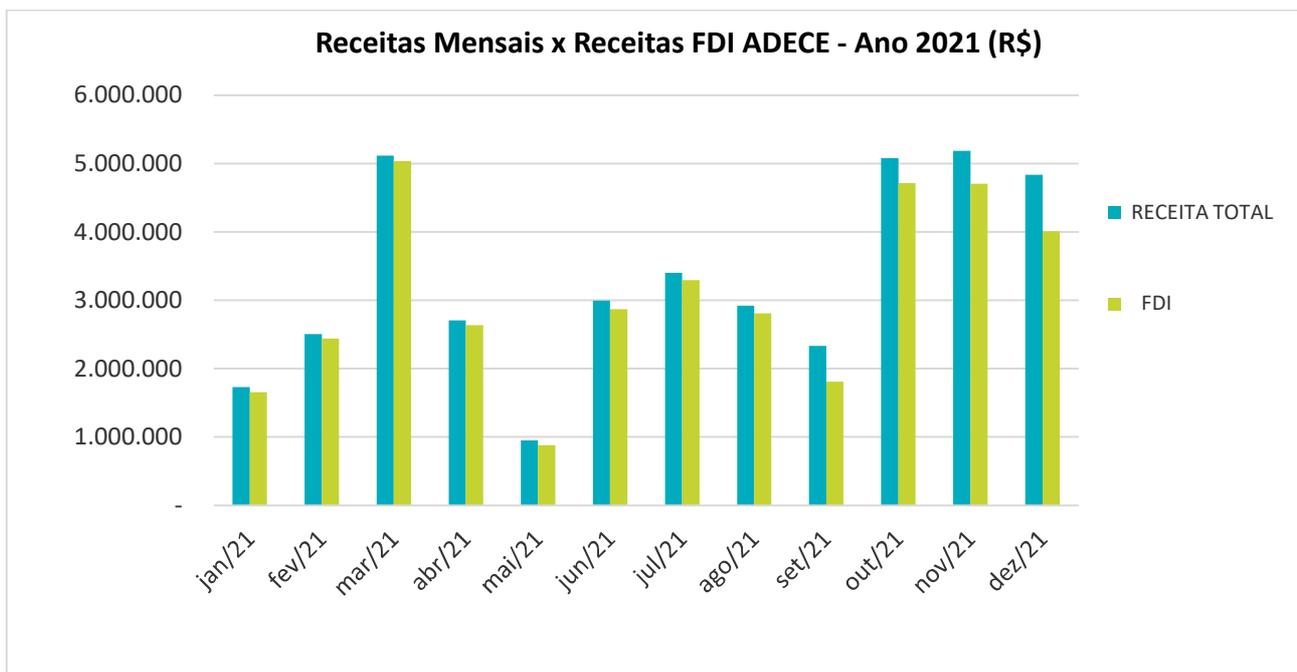


Em relação às receitas, a Adece possui receita oriunda de duas fontes. A primeira fonte vem das taxas de monitoramento referentes as supervisões realizadas pela Adece nas empresas instaladas em galpões localizados no Estado do Ceará para manutenção do comodato. A segunda, e mais importante, é o repasse de 1,5% do Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI, conforme o Decreto Estadual nº 31.809, de 28 de outubro de 2015.

Abaixo podemos verificar um gráfico comparativo das receitas anuais, em relação aos anos de 2020 e 2021:



No gráfico abaixo pode ser examinada a representatividade da receita de FDI em relação a receita total mensal da Adece:



POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Pode-se utilizar como referência teórica sobre o tema Governança o Referencial básico de governança aplicável às organizações públicas do Tribunal de Contas da União (TCU). É a aplicação de práticas de liderança, de estratégia e de controle, que permitem aos mandatários de uma organização pública e às partes nela interessadas avaliar sua situação e demandas, direcionar a sua atuação e monitorar o seu funcionamento, de modo a aumentar as chances de entrega de bons resultados aos cidadãos, em termos de serviços e de políticas públicas”.¹⁴

Segundo esse referencial, o sistema de governança reflete a maneira como diversos atores se organizam, interagem e procedem para obter a boa governança. Envolve as estruturas administrativas (instâncias), os processos de trabalho, os instrumentos, o fluxo de informações e o comportamento das pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, na avaliação, no direcionamento e no monitoramento da organização.

DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2021, a estrutura da Adece contou com uma Diretoria Executiva composta por 06 diretores, sendo: um Diretor-Presidente, um Diretor de Fomento, um Diretor de Suporte a Negócios, um Diretor de Suporte à

14 Disponível em <https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/organizacional/levantamento-de-governanca/>

Infraestrutura e Patrimônio, um Diretor de Economia Popular e Solidária e um Diretor de Planejamento e Gestão. Possui, ainda, 38 empregos comissionados e 62 colaboradores terceirizados.

Para fazer frente à necessidade do novo direcionamento da gestão pela Adece torna-se primordial a existência de capital humano nas áreas de gestão financeira/controles e parte técnica. Para tanto, no ano de 2021, foi realizada uma consolidação da nova estrutura proposta pela consultoria externa denominada “Elo Group”.¹⁵

Salienta-se que a Adece remunera os seus administradores e empregados em conformidade com os objetivos traçados pelas políticas públicas, sendo a remuneração global anual da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, definida em Assembleia Geral, como quadro resumo disposto, a seguir:

Remuneração da Administração em 2021		
CARGOS	VALOR MENSAL em Reais	VALOR GLOBAL (12 MESES) em Reais
DIRETORES	62.368,20	748.418,40
GERENTES E ASSESSORES	135.292,72	1.623.512,64
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	38.500,00	462.000,00
CONSELHO FISCAL	17.500,00	210.000,00
TERCERIZADOS	570.560,76	6.846.729,12

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Anualmente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, haverá uma 1 (uma) Assembleia Geral Ordinária - AGO que deliberará sobre a destinação do Lucro Líquido, se existente, e sobre a autorização de Dividendos a serem distribuídos aos acionistas, de acordo com a proposta apresentada pela Alta Administração da Adece, alinhada com o percentual definido em Estatuto Social.

É obrigatório a distribuição e o pagamento de Dividendos após o levantamento do balanço patrimonial, e, das demais demonstrações contábeis obrigatórias. No ano de 2021 o resultado líquido da Adece foi de R\$ 14.358 M, sendo o percentual de 25,0% desse valor (R\$ 2.556 M) referentes a dividendos a pagar, significando um incremento de 25,5% em relação ao valor do ano anterior.

Sobre colaboradores, o Regimento Interno formaliza a necessidade de constante promoção de treinamento e aperfeiçoamento da equipe.

15 Cargos em 31/12/2021, sendo os terceirizados oriundos dos contratos nº 049/2016 e nº 44/2021.

OUTRAS AÇÕES INSTITUCIONAIS

DIGITALIZAÇÃO DOS PROCESSOS

O processo de digitalização do FDI está totalmente executado desde o pré-cadastro feito pelo empresário pela internet e após isso é dada entrada das solicitações de incentivos com os respectivos documentos necessários de forma automatizada e digitalizada, gerando em cada etapa protocolos que permitem o acompanhamento dos processos de forma “on-line”, como também as decisões tomadas pelos vários comitês existentes na Adece sobre o pleito de forma rápida, transparente e com economia de custos.

Deferido o benefício, o sistema tem um módulo de monitoramento e acompanhamento em relação aos direitos e obrigações das empresas beneficiárias. A modernização e digitalização do sistema FDI implicaram em ganhos de tempo, recursos e eficiência na aplicação dos incentivos.

A respeito das alterações, acima indicadas, ressalta-se as propostas modernizadoras e de incorporação de medidas de forte impacto econômico e social com efeitos multiplicadores na renda e no emprego promovidos pelas empresas incentivadas.

CONSOLIDAÇÃO DO POLO DE SAÚDE DO EUSÉBIO

O Polo Industrial e Tecnológico da Saúde (PITS), no Eusébio, iniciou suas atividades com a inauguração da sede cearense da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz.

O espaço cedido pelo Governo do Ceará viabilizou a proposta que o Estado do Ceará se torne referência em pesquisa e desenvolvimento tecnológico e industrial na área da saúde. Já se encontra instalado neste polo a Fiocruz e a Bio-Manguinhos, ainda, havendo espaço para instalação de outras empresas. Os incentivos para o Polo da Saúde são concedidos pelo Estado em consonância com vários estudos socioeconômicos, projetos urbanos e sociais e ações estratégicas.

A Adece, no ano de 2021, teve como meta apoiar a criação e a consolidação do Polo de Saúde do Eusébio, por meio de uma rotina de reuniões semanais e da criação de Grupo de Trabalho com Fiocruz, Bio-Manguinhos, Sedet, Secretaria da Infraestrutura - Seinfra, Secretaria da Saúde do Ceará – Sesa e buscando alinhamento com a Prefeitura do Eusébio.

Para tanto, em parceria com a Sesa e sua contratada La Salle Technova Barcelona, idealizadora do conceito dos “Distritos de Inovação”, vem a utilizar a experiência com o polo “Viva@Porangabussu”, que também atua em áreas “Ciências da Vida” e “Tecnologias Médicas” para fomentar a cadeia produtiva da saúde no Ceará e, assim, estimular o empreendedorismo e elevar o perfil da mão de obra existente no Estado através da criação de áreas de inovação para se viver, aprender, trabalhar e empreender.

ADECE É A 1º NO RANKING DE TRANSPARÊNCIA ATIVA

Em 2021, a Adece também alcançou a primeira colocação no *ranking* de Transparência Ativa da categoria de Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista do Ceará. A iniciativa tem o objetivo de medir o nível de transparência das informações disponibilizadas aos cidadãos pelos órgãos, entidades e empresas públicas e de sociedade de economia mista. O levantamento avalia 40 critérios e é realizado pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE).

Avaliação faz parte da 1ª edição do *Ranking* de Transparência do Estado, que visa medir o nível de transparência das informações disponibilizadas aos cidadãos pelos órgãos, entidades e empresas públicas e de sociedade de economia mista.

A Agência ainda possui um Comitê Setorial de Acesso à Informação, responsável pela transparência ativa e passiva do órgão. Entre as iniciativas realizadas pelo colegiado, recentemente, foi aprovada a divulgação dos nomes das empresas beneficiadas pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) no site da Adece. O Fundo, operacionalizado pela Agência, é o principal instrumento de atração de investimentos do Ceará.

ANTI-CORRUPÇÃO

A Adece, alinhada ao compromisso de fortalecer e vivenciar uma gestão pública transparente, aderiu ao selo de participante do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC). Lançada em março de 2021, a iniciativa é uma proposta executada pela Rede de Controle nos Estados junto à Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e tem como diretriz o Decreto Estadual nº 33.951, de 24 de fevereiro de 2021, que regulamenta a implementação da Lei federal nº 12.846/2013, popularmente conhecida como Lei Anticorrupção.

O sistema e-Prevenção é uma ferramenta que auxilia o gestor na implantação de práticas que aprimorem a integridade da organização. A metodologia do programa consiste na análise de cinco mecanismos: prevenção, detecção, investigação, correção e monitoramento. Cada um está associado a um conjunto de práticas, normativas, documentos e atividades nos níveis operacionais, contribuindo para que o gestor tenha mais segurança em suas decisões.

A iniciativa faz parte de um conjunto de ações que estamos adotando na Agência, que visam o fortalecimento de uma cultura institucional transparente e voltada para o combate à corrupção no âmbito da gestão pública.

CEARÁ VELOZ

O Ceará Veloz 3.0 é um documento que reúne informações relacionadas aos investimentos que estão em andamento e que serão realizados no contexto econômico local. O trabalho surge em meio a um contexto difícil e em um momento em que a economia do Estado encontra-se fragilizada, com perdas para o Governo, empresas e famílias.

Portanto, é fundamental pensar em questões estruturais e de longo prazo para se chegar a um mundo melhor por meio de utilização de conhecimentos provenientes dos vários segmentos do mercado, contribuições do mundo acadêmico e sociedade, até porque se respalda nos vários instrumentos de planejamento do estado, e que contaram com a participação desses atores.

Assim o Projeto Ceará Veloz, desenvolvido em meio a essas questões, propõe:

- ▶ Recuperação das empresas, com medidas de desburocratização, postergação de obrigações tributárias e preparação para atuação mais competitiva no futuro;
- ▶ Recuperação dos níveis de emprego da população, ações de qualificação em especial com relação aos mais jovens, visando um futuro melhor;
- ▶ Recuperação das finanças do Estado e preparação da máquina pública para oferecer serviços essenciais de excelência ao cidadão;

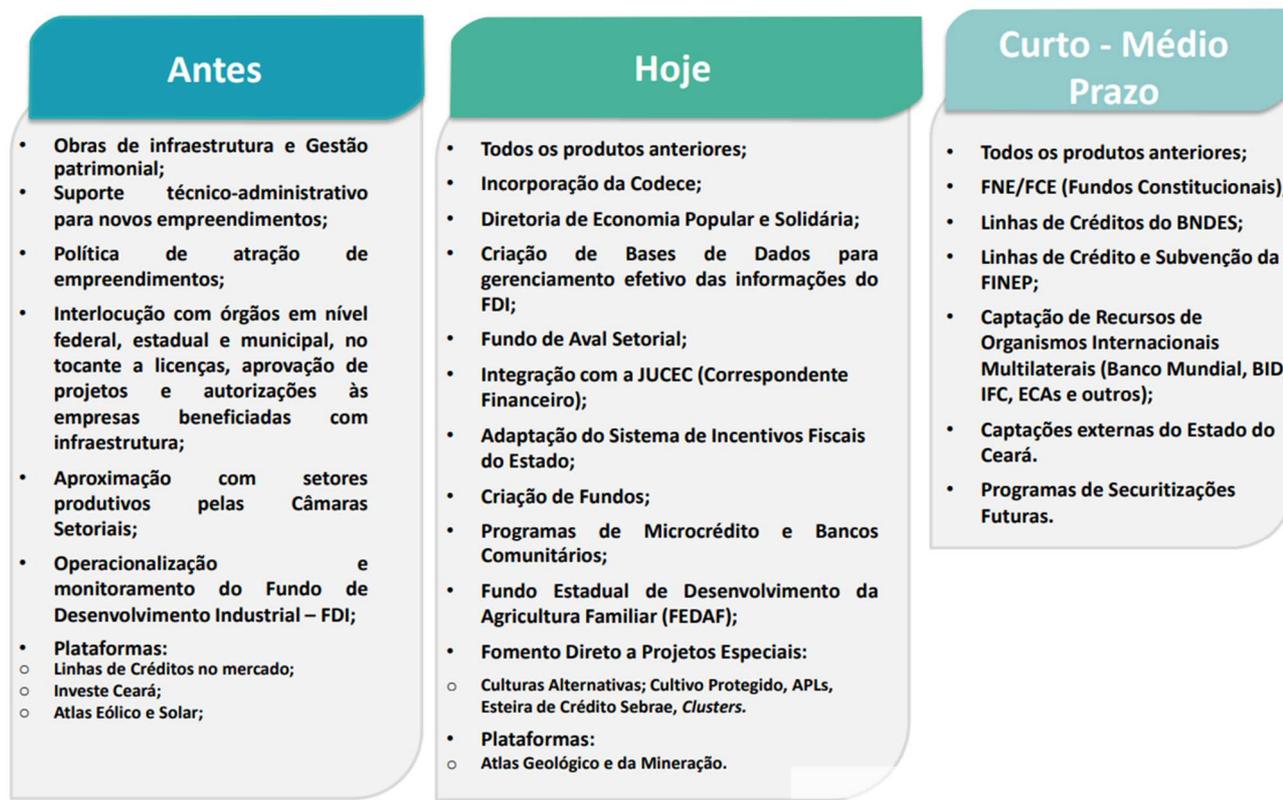
- ▶ Iniciativas para melhor eficácia e retorno financeiro das riquezas pertencentes ao Governo do Estado, em especial para melhoria de vida de todos os cearenses;
- ▶ Preparação do Estado para que seja um ambiente favorável para a realização de negócios pelos diversos segmentos de mercado;
- ▶ Uma proposta sustentável do ponto de vista ambiental e social.
- ▶ Transformados em investimentos qualificados, serão capazes de modificar o padrão econômico do Estado.

ANÁLISE DA REALIZAÇÃO DAS METAS DE 2021

Os projetos da Adece estão vinculados aos Programas do Plano Plurianual – PPA 2020-2023 e deriva das Diretrizes “Os 7 Cearás”, visando a atração e desenvolvimento industrial; o fortalecimento do setor de comércio e serviços; o desenvolvimento sustentável do agronegócio; empreendedorismo e Arranjos Produtivos Locais – APLs; o financiamento destinado à certificação e aquisição de insumos a fornecedores locais) desenvolvimento sustentável e integrado da pesca e aquicultura e a inovação para a melhoria de oportunidades.

Quanto à estruturação no curto, médio e longo prazo, em médio e longo prazos será possível a consolidação do plano de implementação da Agência de Fomento e, conseqüentemente, a entrega de novos produtos ao setor produtivo, a exemplo de linhas de crédito do BNDES; linhas de crédito e subvenção da FINEP, captação de recursos de organismos multilaterais, programas de microcrédito e bancos comunitários, como pode-se constatar no quadro a seguir:¹⁶

16 CEARÁ VELOZ 3.0, Disponível em <https://www.ceara.gov.br/cearaveloz/>



Fonte: Ceará Veloz

Em relação aos objetivos de expandir o alcance dos fundos FDI e Ceará Credi, fomento ao crescimento econômico do Estado e promover o desenvolvimento do Ceará reduzindo as desigualdades sociais e regionais, em cumprimento ao prescrito no Decreto nº 32.438/2017, que consolida e regulamenta a legislação do FDI, foi realizado o Monitoramento das Empresas Beneficiadas pelo FDI 2022, exercício de 2021.¹⁷

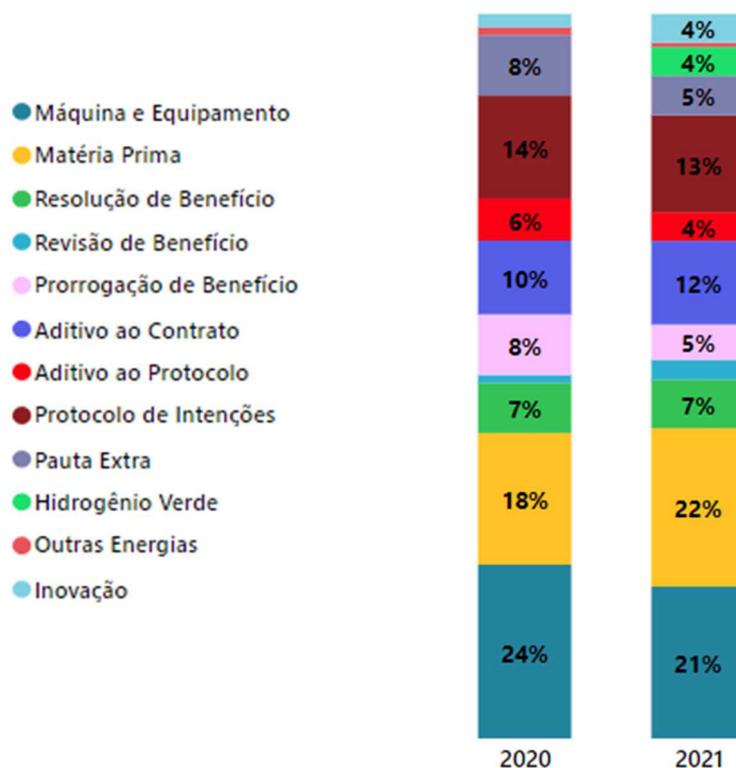
O trabalho abrangeu as 14 Regiões de Planejamento do Estado do Ceará e 294 empresas monitoradas, contempladas pelos programas: Programa de Incentivos ao Funcionamento a Indústria – PROVIN; Programa de Incentivos às Centrais de Distribuição de Mercadorias – PCDM; Programa de Incentivo à Cadeia Geradora de Energia Renovável – PIER e o Programa de Atração de Investimentos Estratégicos – PROADE, FDCV – Fundo de Desenvolvimento do Comércio Varejista e IMEMPI – Importações de Máquinas e Equipamentos Ao final deste trabalho, o Relatório Final de Monitoramento 2020 foi elaborado, sendo a fonte de dados para criação do BI, que de forma clara e objetiva apresenta o panorama das empresas incentivadas pelo FDI visando apoio à interiorização dos investimentos.¹⁸

Pode-se observar que a partir dos dados oriundos do monitoramento, é possível extrair informações de apoio à gestão, como gráfico comparativo do número de pleitos aprovado pelo CONDEC, por categoria, de forma comparada:

17 Relatório de Administração, disponível em <https://www.Adece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/98/2022/04/Relatorio-de-Adm-2021.pdf>

18 <https://www.Adece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/98/2022/04/Relatorio-de-Adm-2021.pdf>

Pleitos do FDI aprovados no CONDEC (%) – ANOS 2020-2021



Fonte: Sistema FDI da Adece

No ano de 2021, 11 (onze) empresas já tiveram o benefício autorizado em nove municípios diferentes. Já outras 05 (cinco) ainda estão em fase de definição das companhias. A expansão do número de galpões faz parte de uma política de interiorização dos investimentos para o desenvolvimento de atividades econômicas em todo o Estado que vem sendo intensificada nos últimos anos.

Vale salientar que além dos recursos destinados pela Adece, prefeituras e empresas também entram com contrapartidas. Os gestores municipais cedem os terrenos ou contribuem com parte minoritária dos recursos. Além disso, as prefeituras também são responsáveis pela contratação das construtoras e acompanhamento das obras. Já as companhias entram com o aporte em maquinário e a geração de empregos localmente.

Em adição conforme descrito anteriormente, a Adece trabalha no segmento de microfinança por meio do Programa Ceará Credi.

Conforme exposto anteriormente, o Programa Ceará Credi teve suas operações iniciadas em julho de 2021, tendo alcançado os seguintes resultados: **a)** 11.241 empreendedores financiados, com aplicação total de R\$ 32 MM, sendo que 76% foram para fortalecer negócios já existentes e 24% para abertura de um novo negócio; **b)** Atendimento de público prioritário, aonde 71% dos clientes são mulheres e 31% jovens, 49% mulheres chefe de família, 3,2% pessoas com deficiência, 0,7% mulheres vítimas de violência e 0,6% egressos do sistema prisional; **c)** 6.194 empreendedores capacitados pela Plataforma Virtual.

Foram atraídas, por meio de protocolos de intenções, 44 empresas com Investimentos privados projetados no valor de R\$1.564.212 M e geração de 5.032 empregos diretos nos setores de:

- ▶ Produtos químicos;
- ▶ Comércio de ferragens;

- ▶ Comércio de alimentos;
- ▶ Fabricação de materiais plásticos;
- ▶ Geração de energia eólica;
- ▶ Fabricação de móveis;
- ▶ Indústria de embalagens;
- ▶ Fabricação de calçados;
- ▶ Acessórios para irrigação;
- ▶ Fabricação de materiais para construção dentre outros.

Foram implantadas 22 empresas que investiram um total de R\$ 819.448.M, com geração de 1.203 empregos diretos no Estado do Ceará nos setores de:

- ▶ Comércio atacadista;
- ▶ Fabricação de materiais plásticos;
- ▶ Geração de energia eólica;
- ▶ Fabricação de móveis;
- ▶ Indústria de embalagens;
- ▶ Fabricação de calçados;
- ▶ Acessórios para irrigação;
- ▶ Fabricação de materiais para construção;
- ▶ Indústria alimentícia, dentre outros. A maior concentração dessas empresas foi na Grande Fortaleza, seguido pela Região do Cariri, Região Sertão de Sobral e na Região do Vale do Jaguaribe.

De forma a viabilizar a implantação e/ou ampliação de empreendimentos estratégicos no Estado do Ceará, a Adece ofereceu apoio em relação a serviços de infraestrutura, buscando uma maior dinamização da economia cearense, merecendo destaque:

- ▶ Cessão em comodato de 01 (um) galpão no município de Solonópole, para empresa Neorubber Indústria de Sandálias Ltda, gerando cerca de 400 empregos diretos e propiciando investimento privado de aproximadamente R\$ 6 MM;
- ▶ Em andamento construção de 02 (dois) galpões industriais no município de Irauçuba para instalação da empresa A.J. Alves Calçados, que irá gerar 100 postos de trabalho na fase inicial, 450 após 12 meses de funcionamento e 800 oportunidades de trabalho formais, após 24 meses, com investimento privado, de aproximadamente R\$ 25 MM;
- ▶ Em andamento a obra de construção de 02 (dois) galpões industriais, no município de Umirim, para abrigar a empresa Bastos Juntas, gerando 300 empregos diretos e investimento privado de aproximadamente R\$ 6 MM.

- ▶ Concluída a obra de construção de galpões para ampliação da Dilly Nordeste Indústria de Calçados Ltda, no município de Brejo Santo, gerando mais 800 postos de trabalho com investimento privado de aproximadamente R\$ 51 MM;
- ▶ Concluída a obra de construção de 01 (uma) unidade industrial no município de Pentecoste, para abrigar a indústria Valenti Industria De Calçados Eireli gerando 300 postos de trabalho e com investimento privado de R\$ 2 MM;
- ▶ Concluída a obra de reforma de 01 (um) galpão, no município de Icó, para ampliação da empresa GloboDesc Indústria de Produtos Médicos Hospitalares LTDA, gerando 165 postos de trabalho, e investimento privado de R\$ 20,5 MM;
- ▶ Concluída a obra de construção de 01 (uma) unidade industrial no município de Solonópole, para ampliação da indústria de borracha Neorubber Indústria de Sandálias Ltda, gerando 400 postos de trabalho e investimento privado de aproximadamente R\$ 5 MM;
- ▶ Assinado convênio para construção de um galpão industrial no município de Crateús, para abrigar a empresa Neorubber Indústria de Sandálias Ltda. que gerará 600 empregos com investimento privado de R\$ 2 MM;
- ▶ Assinado convênio para construção de um galpão industrial no município de Madalena, para abrigar a fábrica da Del Rio, que gerará 200 empregos diretos com investimento privado de R\$ 2 milhões.
- ▶ Do ponto de vista da análise da realização de metas, em relação ao Fomento, pode-se ressaltar:
 - ▶ Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura – FEDAF - parcerias para projetos produtivos e outras parcerias (serviços financeiros para o público de agricultura familiar);
 - ▶ Com Cearapar para administração da carteira de ativos e otimização da riqueza pública do Estado. Instituiu a digitalização das reuniões do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Ceará - CONDEC, solução digital e automatizada para inserção de pleitos, acompanhamento, votação, elaboração de instrumentos e assinatura digital dos processos.

Dessa forma, a Adece, por meio das ações realizadas, no atendimento aos Programas, Projetos e Atividades definidas para 2021, contribuiu efetivamente para a empregabilidade e o crescimento econômico do Ceará.

Por fim, em relação ao objetivo de aprimorar a política de resultados com mecanismos e instrumentos para uma gestão eficiente e inovadora:

- ▶ Reestruturação Administrativa por meio de empregos públicos de confiança para o acréscimo imediato da força de trabalho, visando atender o novo modelo de negócio que abrangesse as novas atividades da Agência, de forma eficiente, bem como a execução das políticas de desenvolvimento econômico, incentivos, financiamento e fomento do Estado do Ceará;
- ▶ Mudança da estrutura física da Adece para o Centro de Eventos;
- ▶ Reorganização financeira com a elaboração mensal de relatório gerencial de caixa e performance;
- ▶ Sistema integrado de administração do patrimônio;
- ▶ Atualização dos valores dos imóveis;
- ▶ Atualização dos valores dos comodatos;
- ▶ Cobrança dos valores em atraso;
- ▶ Disciplinamento das vendas e cessão em garantia;
- ▶ Criação do Núcleo de Inteligência com a finalidade de elaborar estudos e provimento de informações estratégicas;
- ▶ Implantação de sistemas informatizados de gestão - 02 -03
- ▶ Finalização do Ceará Veloz 3.0;
- ▶ Transformação digital Adece 4.0

DESAFIOS E VISÃO DE FUTURO

Como visão de futuro, o sistema de incentivos fiscais deve considerar um novo arranjo onde todos os incentivos sejam concedidos com condicionantes, com melhoria e desenvolvimento de novos produtos tendo em vista ações de inserção competitiva no mercado externo, com aprimoramento da logística e transportes, levando em consideração a certificação e aquisição de insumos a fornecedores locais.

São as principais necessidades para este rearranjo: que os projetos sejam inseridos numa estratégia global; que haja entendimento e comprometimento dos parceiros sobre os objetivos; ter como objetivo ganhos de produtividade; que sejam relevantes em tecnologias e setores disruptivos; que sejam direcionados a empregos de maior qualidade, ter ênfase no aumento do estoque de capital; incremento no nível de capitalização das empresas; crescimento independentemente de novos capitais; estar alinhado com o bem-estar da sociedade; que estabeleça metas específicas mensuráveis e avaliadas; que pressuponha um crescimento médio superior à situação sem o incentivo; que seja capaz de reverter as tendências de estagnação ou de desaceleração econômica.

REGULARIZAÇÃO JUNTO AO BANCO CENTRAL

Para sua atividade plena a Adece tem como potencial de no médio prazo se transformar em uma agência de fomento devidamente aprovada pelo Banco Central. Contudo, deve-se destacar que o Banco Central através da Resolução Nº 3.954, de 24 de fevereiro de 2011, em que altera e consolida as normas que dispõem sobre a contratação de correspondentes no País, permite que este instrumento tenha uma larga abrangência na utilização de diversos produtos e serviços do mercado financeiro.

Como se constata das normas do BACEN, a Adece pode funcionar no curto prazo como uma estruturadora de negócios financeiros, na condição de correspondente bancário e com remuneração a ser negociada entre as partes. A Adece pode trabalhar ao mesmo tempo com diversas empresas do mercado financeiro, de acordo com o porte e as características do cliente. Pode-se negociar produtos e serviços customizados.

Em médio e longo prazos será possível a consolidação do plano de implementação da Agência de Fomento e, conseqüentemente, a entrega de novos produtos ao setor produtivo, a exemplo de Linhas de Crédito do BNDES; Linhas de Crédito e Subvenção da FINEP, Captação de Recursos de Organismos Multilaterais, Programas de Microcrédito e Bancos Comunitários.

AMPLIAR O ESCOPO DE PRATICAS SUSTENTÁVEIS

Para além do recente avanço na digitalização de processos, bem como, das alterações no sistema de pontuação para o cálculo de valores dos incentivos do FDI às empresas que adotam práticas sustentáveis. A Adece tem como meta ampliar as medidas e tornar o setor operacional 100% digital, sem nenhum uso de papel.

Ressalta-se a manutenção do foco na utilização de políticas de fomento à cadeia produtiva na atração de investimento favorável ao desenvolvimento de novos negócios voltados para a geração de energia renováveis, que tem sido apoiada pela ferramenta Atlas Eólico e Solar, desenvolvida no ano de 2019, que destaca áreas estrategicamente mais promissoras para tal (ZEEC). Em consonância com esse fato destaque para as articulações e ações junto a parceiros e diversas entidades e para o desenvolvimento e manutenção da atuação voltada para produção de hidrogênio verde, hoje focada no Pecém.

PARCERIAS BNB E BNDES

Como visão de futuro é relevante reforçar o alinhamento entre instituições financeiras que possam apoiar programas, projetos, obras e serviços que se relacionem com o desenvolvimento econômico e social do Estado, estimulando a iniciativa privada.

FUNDOS BNB E AGENTE FNE

Alinhamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, em sua atuação para reduzir as desigualdades sociais e regionais, em razão das disparidades socioeconômicas no Brasil, em meio a políticas públicas que promovam a diminuição das diferenças inter e intrarregionais, visando a democratização de investimentos produtivos que impulsionem o desenvolvimento econômico com a correspondente geração de emprego e renda.

A atuação da Adece vai ao encontro do objetivo do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste na medida em que atua como instrumento de política de fomento para o desenvolvimento na região semiárida, conforme descrito pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), visando assegurar uma maior eficiência na utilização dos recursos públicos e maior efetividade na intervenção nas economias locais.

Isto porque, para tal finalidade, o BNB, anualmente, elabora e submete ao MDR e à Sudene, proposta de aplicação de recursos por meio da Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, a qual contempla, dentre outros aspectos, as estratégias de ação e os programas de financiamento, além dos planos estaduais de aplicação de recursos.

CEARÁ CREDI

Expandir o volume e alcance do Programa Ceará Credi, garantindo a inclusão produtiva pelo acesso ao crédito e abertura de novos negócios para R\$ 110 milhões, correspondendo a 40 mil empreendedores. Tendo em vista a transformação da Adece em agência de fomento visto que está sendo pleiteado ao ministério da Economia a assinar contratos sem intermediação financeira, necessitando apenas de parceiro de prestação de serviços financeiros de meios de pagamento, podendo assim, a captar recursos junto ao BNDES e outras instituições financeiras.

FEDAF

O programa FEDAF – Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar, junto à SDA - Secretaria Estadual do Desenvolvimento Agrário do Governo do Estado e municípios do Ceará, serve como apoio de crédito financeiro à agricultura familiar por intermédio de projetos que melhorem a qualidade de vida do homem do campo. Assim, é possível obter ação sinérgica com os objetivos da Adece.

ATUAÇÃO CONJUNTA COM A CEARAPAR

O Governo do Estado do Ceará, por meio da Lei nº 16.698, de 14 de dezembro de 2018, instituiu a Companhia de Participação e Gestão de Ativos do Ceará – CearaPar, uma Empresa de Economia Mista vinculada à Secretaria da Fazenda – SEFAZ.

A criação da CearaPar surgiu como proposta diante da necessidade de pensar a riqueza do Estado, seus ativos mobiliários e imobiliários, da estruturação de operações para o Estado, securitização da dívida ativa e captação no mercado nacional e internacional.

Por ter a Adece, em seu patrimônio, ativos imobiliários atrativos é relevante buscar parcerias com a CearaPar, visto que esta tem como objetivo social gerir ativos componentes de seu patrimônio ou do Estado do Ceará e suas entidades e empresas vinculadas.

PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Tendo como *benchmark* a Fundação de Previdência Complementar do Estado do Ceará – CE-Prevcom. Lei complementar nº185, de 21 de novembro de 2018, a Adece tem como visão a possibilidade de criação de Plano de Previdência Complementar que dentre outras funções terá a capacidade de gerar poupança de longo prazo importante para fomento de projetos importantes para o Estado do Ceará, além de possibilitar uma gestão previdenciária mais eficiente, evitando a *déficits* atuariais, que hoje afetam negativamente as finanças de entes públicos e privados.

CEARÁ VELOZ

A Adece, em aderência às propostas do Ceará Veloz 3.0, tem como meta a necessidade de recuperação das empresas, a recuperação dos níveis de emprego da população, iniciativas para melhor eficácia e retorno financeiro das riquezas pertencentes ao Governo do Estado, em especial para melhoria de vida de todos os cearenses, bem como a preparação do Estado para que seja um ambiente favorável para a realização de negócios pelos diversos segmentos de mercado, de forma sustentável do ponto de vista ambiental e social.

REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

Conforme citado acerca dos fatores de risco à Governança da Adece, a falta de corpo funcional próprio, bem como ausência de equiparação salarial entre os colaboradores aliado ao risco de evasão da mão de obra qualificada (fuga de cérebros), faz-se necessárias ações que visem a mitigação desses fatores.

Assim, o concurso é o meio técnico, posto à disposição da Administração Pública, que serve como elo entre a Administração e o princípio da eficiência visto que favorece a transparência na seleção de candidatos, na aprovação e admissão com condições igualitárias de acesso, e com isso, as pessoas que desempenharem melhor suas aptidões e estiverem mais preparadas serão selecionadas.

